



Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

**Relatório de Estágio com vista à obtenção
do grau de Mestre em Ciências Jurídicas
Empresariais**

**Orientador: Professor Doutor Armando Marques Guedes, Professor da Faculdade
de Direito da Universidade Nova de Lisboa**

Supervisor: Capitão-de-fragata Alves Nunes

Março de 2016

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Por decisão pessoal, a autora deste trabalho não adopta o Acordo Ortográfico.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Agradecimentos

O espaço dedicado aos agradecimentos revela-se muito limitado para poder agradecer a todas as pessoas que directa ou indirectamente prestaram a sua ajuda, apoio e colaboração ao longo deste Mestrado, na área de Ciências Jurídicas Empresariais.

Agradece-se à Coordenadora do Mestrado, a Exm^a Senhora Professora Doutora Mariana França Gouveia, a oportunidade e o privilégio de frequência do mesmo, que muito contribuiu para o enriquecimento e consolidação de anteriores conhecimentos e proporcionou a aprendizagem e superação de novos objectivos e etapas com grande utilidade a nível profissional.

Ao Orientador de Estágio, o Exm^o Senhor Professor Doutor Armando Marques Guedes, pela honra e distinção de ter aceiteado com agrado esta função, o qual desempenhou com total disponibilidade e profissionalismo, sempre presente, pelo que a sua orientação foi determinante na elaboração e conclusão deste Relatório.

Acresce que relativamente ao Exm^o Senhor Professor Doutor Armando Marques Guedes, não se pode deixar de frisar toda a sua sabedoria e amizade constante, pese não ter integrado a equipa de Professores do Mestrado em questão.

Ao Supervisor de Estágio, o Exm^o Senhor Comandante Alves Nunes, Chefe do Departamento Jurídico Operacional e Internacional, pela possibilidade da realização deste Estágio no Departamento que chefia, sob a sua exigência e qualidade quer a nível de cumprimento de tarefas, prazos e de horários.

É de referir e ainda sobre o Exm^o Senhor Comandante Alves Nunes, o seu empenho e mérito no processo de integração de um vulgo cidadão num departamento militar tão especializado, numa relação diária e com a sua total e dedicada disponibilidade.

A toda a equipa do Departamento Jurídico Operacional e Internacional, por toda a simpatia e auxílio prestado, tendo disponibilizado tempo e recursos para a realização do Estágio e a concretização do presente Relatório.

Reconhece-se o empenho e apoio prestados pela Exm^a Senhora Tenente Carla Pica, ao longo destes meses em que decorreu o estágio e que se traduziu num acompanhamento diário de orientação na realização das tarefas adjudicadas e num processo de

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

aprendizagem de conceitos, normas e práticas de um ramo distinto da área deste mestrado.

Aos amigos e familiares mais próximos, agradece-se toda a força, confiança depositada e palavras de incentivo à conclusão desta fase final do Mestrado, e prenúncio de uma nova etapa a nível profissional.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Declaração Anti-Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que aqui apresento, intitulado de Relatório de Estágio na Marinha é resultado da investigação que realizei e que a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta de ética e disciplinar.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Modo de Citar e Abreviaturas

1. Modo de Citar

As referências bibliográficas e citações apresentadas no presente relatório foram elaboradas conforme o sistema da Norma Portuguesa de Informação (NP 405-1).

Os elementos normativos mencionados são identificados com o número da Lei ou do Decreto-Lei, indicação do Diário da República, número do Diário, data da publicação do Diário e páginas de referência e, através do número de Directiva ou Regulamento, data de publicação, assunto a que respeita, indicação do Jornal Oficial, número do Jornal e data de publicação.

Na bibliografia final, as obras são elencadas por ordem alfabética do último apelido do autor, respeitando-se nos casos em que há do que um autor, a ordem pela qual aparecem na obra.

2. Abreviaturas

AR	Assembleia da República
ART	Artigo
AMN	Autoridade Marítima Nacional
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CP	Código Penal
CT	Código do Trabalho
CRP	Constituição da República Portuguesa
DECREG	Decreto Regulamentar
DIVREC	Divisão de Recursos
DJOI	Departamento Jurídico Operacional e Internacional
EMA	Estado-Maior da Armada
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
LDN	Lei da Defesa Nacional
LGTFP	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LOMAR	Lei Orgânica da Marinha
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Nº	Número
RI	Regulamento Interno
SS	Seguintes
SCEMA	Subchefe do Estado-Maior da Armada
VCEMA	Vice-chefe do Estado-Maior da Armada

Indicação do número de caracteres no texto, incluindo espaços: 90.030

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Índice

Agradecimentos	3
Declaração Anti-plágio.....	5
Modo de Citar e Abreviaturas.....	6
1. INTRODUÇÃO	11
1.1.Porquê o estágio curricular?	
1.2.Porquê a Marinha?	
1.3.Qual a sistemática do relatório?	
2. MARINHA – ESTADO- MAIOR DA ARMADA	14
2.1.Breve enquadramento jurídico da natureza e organização das Forças Armadas	
2.1.1. Diplomas estruturantes em matéria de defesa nacional e das Forças Armadas.	
2.2.Caracterização da estrutura e funcionamento do Estado-Maior da Armada, em particular da Divisão de Recursos na estrutura orgânica da Marinha.	
2.3.Caracterização do Departamento Jurídico Operacional e Internacional	
2.3.1. Análise comparativa do actual Regulamento Interno do Estado-Maior da Armada com a Proposta de Regulamento Interno em fase de elaboração.	
3. DURAÇÃO E FASEAMENTO DO ESTÁGIO	27
3.1. Plano de estágio:	
3.1.1. Estágio a tempo parcial.	
3.2. Duração das etapas do estágio:	
3.2.1. Etapa 1: de 7 de Setembro a 9 de Outubro de 2015.	
3.2.2. Etapa 2: de 12 de Outubro a 13 de Novembro de 2015.	
3.2.3. Etapa 3: de 16 de Novembro a 14 de Dezembro de 2015.	
3.2.4.Etapa 4: de 15 de Dezembro de 2015 a 15 de Janeiro de 2016.	
3.2.5. Etapa 5: de 18 de Janeiro a 8 de Fevereiro de 2016.	

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

3.3. Considerações Gerais.

3.4. Tarefas Desenvolvidas:

3.4.1. Etapa 1: Enquadramento jurídico e organizacional da Marinha.

3.4.2. Etapa 2: Análise do Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Socorros a Náufragos e a Associação Madeirense para o Socorro no Mar, do *Memorandum of Understanding between the Minister of Defence of the Portuguese Republic and the Minister of Defence of the Federal Republic of Germany* e do *Project between the Member States of the “5+5 Defence” initiative related to the Cooperation for response to Marine Pollution*.

3.4.3. Enquadramento jurídico do *Project between the Member States of the “5+5 Defence” initiative related to the Cooperation for response to Marine Pollution*.

3.4.4. Etapa 3: Estudo detalhado do regime jurídico aplicável aos militares em matéria de férias.

3.4.5. Etapa 4: Caracterização do regime jurídico da Legítima Defesa e elaboração de uma apresentação em power point.

3.4.6. Etapa 5: Produção do Relatório de Estágio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS55

4.1. Relevância do Estágio no Estado-Maior da Armada.

4.2. Análise crítica do trabalho desenvolvido e contacto com o orientador e supervisor.

5. BIBLIOGRAFIA59

6. ANEXOS60

6.1. *Memorandum of Understanding between the Minister of Defence of the Portuguese Republic and the Minister of Defence of the Federal Republic of Germany* e do *Project between the Member States of the “5+5 Defence” initiative related to the Cooperation for response to Marine Pollution*.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

6.2. Project between the Member States of the “5+5 Defence” initiative related to the Cooperation for response to Marine Pollution.

6.3. Apresentação em Power Point sobre a Legítima Defesa

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

1. INTRODUÇÃO

O Regulamento do 2º Ciclo de Estudos para a obtenção do grau de Mestre (Despacho n.º 6738/2010, de 15 de Abril de 2010, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa), no n.º 1 do seu art. 30.º prevê que o estudante, de forma a obter o grau em causa, terá de elaborar uma dissertação, trabalho de projecto ou relatório de estágio.

1.1. Porquê um estágio curricular?

Desde logo, de entre as três opções supra referidas, optou-se pelo relatório de estágio.

Pode-se dizer que esta escolha recaiu sobre a realização de um estágio como forma de obter o grau de Mestre por parecer que seria a escolha com uma vertente mais prática dos ensinamentos e preparação oriunda dos anos de estudo na Faculdade. Uma vertente menos abstracta e mais ligada a instituições concretas.

Para a realização deste estágio parece-nos necessário que haja uma facilidade de integração nos mais variados ambientes e quadros, para além da detenção de um espírito prático que com alguma agilidade se concilia com conhecimentos já anteriormente adquiridos.

Pretendeu-se, assim, por um lado, a aquisição de novos conhecimentos e experiência prática, e, por outro, o uso de todos os conhecimentos anteriormente adquiridos.

1.2. Porquê a Marinha?

A área deste mestrado constitui-se numa área de Direito Privado, mais especificamente no domínio do Direito dos negócios, com aberturas para as áreas jurídicas e não jurídicas que hoje constituem o contexto da regulação da economia e da vida das empresas.

A Marinha de Guerra Portuguesa encontra-se numa situação nova que oferece oportunidades e a confronta com riscos. Quer e deve a Marinha saber aproveitá-los.

Por um lado, a densificação em curso da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convenção Montego Bay) que oferece a Portugal a oportunidade de multiplicar por mais de quarenta vezes a área sob a sua jurisdição, o que se traduz por desafios fundamentais.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Alguns dos desafios que o Estado português irá defrontar são de natureza primária e prendem-se com as competências e capacidades necessárias para o seu controlo efectivo.

Muitas outras, porventura, a maioria, são de natureza económica e estão ligadas à exploração de recursos naturais que incluem recursos energéticos, minerais metálicos e biogénéticos.

Em todos estes casos, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar confere-nos direitos de soberania para efeitos da exploração dos recursos marinhos da plataforma continental sobre a enorme zona marítima que formalmente reclamamos, a zona sobre a administração nacional portuguesa vir-se-á enormemente expandida, e para a garantir a Marinha terá de efectivar esforços em novas direcções económicas.

Assim, por exemplo, a Marinha irá ter de reforçar as suas competências em oceanografia, em geologia marítima, em biologia marinha, e em domínios económicos gerais.

Terá por ventura, de fazer também alguma pesquisa e eventualmente pela via de parcerias: nuns casos parcerias público-privadas, noutros em *outsourcings*, noutros parcerias internacionais e bilaterais, noutros ainda multilaterais.

Tudo isto justifica a elaboração deste relatório de estágio no quadro do mestrado em Ciências Jurídicas Empresariais.

Trata-se de “cartografar” de forma inicial os domínios em que iremos ter juridicamente de intervir face aos nossos desafios que a breve trecho nos vamos deparar. Trata-se assim, de dar um passo inicial num percurso a calcorrear num futuro próximo, quanto ao qual importa estabelecer bases sólidas.

Qual o lugar jurídico-administrativo da Marinha no nosso quadro jurídico-normativo? Formalmente, *“A Marinha integra-se na administração directa do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional e é considerada um ramo dentro das Forças Armadas, dotada de autonomia administrativa”* (art.1.º da Lei Orgânica da Marinha (LOMAR)).

Importa começar por conhecer o seu quadro normativo. Este é o passo inicial que decidimos dar. A opção pela Marinha traduziu um desafio pessoal na medida em que se

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

pretendia estudar a arquitectura jurídica e funcional da Marinha bem como o seu lugar na Administração Pública. Pelos motivos abaixo pormenorizados q.b., atemo-nos largamente ao domínio geral da *law in the books*; deixamos, assim, para segundas núpcias, a *law in action*. O contexto tornará evidente porquê.

Não deixamos, porém, de o fazer em “banda larga”, por assim dizer. Assim, e através das actividades desenvolvidas nas diferentes etapas e de acordo com o plano de estágio definido, foram recordados, apreendidos e aplicados novos conceitos em áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito do Trabalho e Direito Penal.

1.3. Qual a sistemática adoptada para o relatório?

O presente Relatório traduz o trabalho desenvolvido no estágio realizado na Marinha, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ciências Jurídicas Empresariais frequentado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

O Relatório encontra-se dividido em quatro partes, discriminadas como se segue:

Da primeira parte do relatório consta um breve enquadramento jurídico sobre as Forças Armadas. Nesta fase foi feita igualmente uma caracterização do Estado-Maior da Armada e do Departamento Jurídico Operacional e Internacional (DJOI).

Da segunda parte consta a descrição da duração e faseamento do estágio, nomeadamente o plano de estágio e os trabalhos desenvolvidos em cada uma das fases.

Na terceira parte do relatório descrevem-se todas as tarefas desenvolvidas ao longo do estágio.

Finalmente, e como última parte do relatório, são apresentadas as considerações finais e os anexos que contêm o trabalho realizado nas fases atrás enunciadas.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

2. MARINHA – ESTADO-MAIOR DA ARMADA

2.1. Breve enquadramento jurídico da natureza e organização das Forças Armadas

2.1.1. Diplomas estruturantes em matéria de defesa nacional e das Forças Armadas

Começamos por analisar brevemente o regime jurídico em matéria de defesa nacional e das Forças Armadas. Como atrás indicado, faço-o em termos sobretudo jurídico-formais; o que, em todo o caso para um primeiro passo me parece suficiente; espero que, em trabalhos futuros, possamos dar passos suplementares.

No âmbito da Constituição da República Portuguesa (CRP), encontramos no art. 273.º que o Estado é obrigado a “ (...) assegurar a defesa nacional”, pretendendo-se assim “ (...) garantir, no respeito da ordem constitucional, as instituições democráticas e as convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território, a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaças externas.”.

Ainda no mesmo diploma, e no art. 275.º, vem previsto que as Forças Armadas têm como objectivo a defesa militar da República e devem “ (...) colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em acções de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação.”.

A um nível geral, analisamos a Lei n.º 1-B/09, de 7 de Julho, que aprovou a Lei da Defesa Nacional, adiante designada por LDN, alterada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de Agosto, que prevê no seu art. 22.º o regime legal das Forças Armadas onde estas “ (...) estão ao serviço dos Portugueses e são rigorosamente apartidárias.”, sendo que “ (...) a sua organização é única para todo o território nacional.”.

Ao abrigo do disposto no art. 23.º da LDN, as Forças Armadas “ (...) integram-se na administração directa do Estado através do Ministério da Defesa Nacional.”, sendo

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

que “ *o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas depende directamente do Ministro da Defesa Nacional, nos termos das competências previstas na lei.* ”.

Nos termos do n.º 1 do art. 24.º da LDN, incumbe às Forças Armadas: “*a) Desempenhar todas as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado; b) Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte; c) Executar missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses; d) Executar as acções de cooperação técnico-militar, no quadro das políticas nacionais de cooperação; e) Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais; f) Colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.*”.

O n.º 2 do disposto no art. 24.º da LDN refere que as Forças Armadas “*podem ser empregues, nos termos da Constituição e da lei, quando se verifique o estado de sítio ou de emergência.*”.

Ao abrigo do disposto no art. 25.º da LDN observa-se de que os militares das Forças Armadas “ *(...) servem, exclusivamente, a República e a comunidade nacional e assumem voluntariamente os direitos e deveres que integram a condição militar, nos termos da lei.*”.

O Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) é um dos órgãos responsáveis em matéria de defesa nacional de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 8.º da LDN.

Seguidamente, analisamos um diploma mais específico das Forças Armadas sendo este a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de Julho, e que no seu art. 1.º, refere que as Forças Armadas Portuguesas são um pilar essencial da defesa nacional por constituírem a estrutura do Estado e têm como missão fundamental garantir a defesa militar da República.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

As Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei, e integram-se na administração directa do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional, como já atrás dissemos.

O n.º 3 do art. 1.º da LOBOFA refere que os órgãos do Estado directamente responsáveis pela defesa nacional e pelas Forças Armadas são os seguintes: *“Presidente da República; Assembleia da República; Governo e o Conselho Superior de Defesa Nacional.”*.

Para além destes órgãos, as Forças Armadas também têm como responsáveis: o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e os Chefes de Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea (n.º 5 do art. 1.º da LOBOFA).

As Forças Armadas e nos termos previstos no disposto do art. 2.º da LOBOFA, estão encarregues da defesa militar, tendo para tal de estar sempre preparadas, face a qualquer tipo de agressão ou ameaça externa.

Estas têm sempre de actuar em respeito com os princípios constitucionais e legais vigentes onde tenham em atenção o conceito estratégico militar; as missões das Forças Armadas; o sistema de forças e o dispositivo de forças (n.º 3 do art. 2.º da LOBOFA).

Ao abrigo do art. 6.º da LOBOFA pode-se dizer que as Forças Armadas *“ (...) têm como objectivos essenciais o aprontamento eficiente e o emprego operacional eficaz das forças no cumprimento das missões atribuídas.”*

Os princípios gerais da organização são os da eficácia e racionalização, por forma a permitir a optimização da relação entre a componente operacional do sistema de forças e a sua componente fixa; o da complementaridade entre o Estado-Maior-General das Forças Armadas e os diversos ramos, de forma a evitar duplicações desnecessárias e criando órgãos conjuntos, inter-ramos ou de apoio a mais de um ramo sempre que razões objectivas o aconselhem; no âmbito das atribuições afectas ao Ministério da Defesa Nacional, a disponibilização de recursos humanos e materiais necessários ao desempenho das competências de órgãos ou serviços regulados por legislação própria, nomeadamente a Autoridade Marítima Nacional e a Autoridade Aeronáutica Nacional (art. 6.º da LOBOFA).

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

O Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e os termos em que vem definido no art. 8.º da LOBOFA, tem de organizar, comandar e controlar o emprego das Forças Armadas no cumprimento das missões e tarefas operacionais que a estas incumbem, e tem ainda como missão garantir as condições para o funcionamento do ensino superior militar e da saúde militar, nos termos da lei.

O EMGFA “*constitui -se como o quartel-general das Forças Armadas, compreendendo o conjunto das estruturas e capacidades adequadas para apoiar o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas no exercício das suas competências*” (n.º 3 do art. 8.º da LOBOFA).

O art. 14.º da LOBOFA estatui que os “*(...) ramos das Forças Armadas — Marinha, Exército e Força Aérea — têm por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionados para a geração, preparação e sustentação das forças da componente operacional do Sistema de Forças Nacionais, assegurando também o cumprimento das missões reguladas por legislação própria e das missões de natureza operacional que lhes sejam atribuídas aos ramos.*”.

Fazem parte da organização dos ramos das Forças Armadas para o cumprimento das respectivas missões, comandado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas: o Estado-Maior, os órgãos centrais de administração e direcção, o comando de componente, os órgãos de conselho, os órgãos de inspecção, os órgãos de base e os elementos da componente operacional do sistema de forças (art. 15.º da LOBOFA).

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas é apoiado no seu exercício pelo Chefe do Estado-Maior do ramo respectivo, de acordo com as modalidades de comando e controlo aplicáveis a situações específicas de emprego operacional de forças e meios, a definir caso a caso (art. 15.º da LOBOFA).

Por último, analisamos detalhadamente o diploma mais incisivo aplicável à Marinha sendo este o Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de Dezembro, que aprovou a Lei Orgânica da Marinha, adiante designada por LOMAR.

O seu art. 1.º define a Marinha como “*(...) um ramo das Forças Armadas, dotado de autonomia administrativa, que se integra na administração directa do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional.*”.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

A Marinha, ao abrigo do art. 2.º da LOMAR, tem como objectivo principal, a participação na defesa militar da República, nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e da lei, sendo fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças e, assegurar o cumprimento das missões reguladas por legislação própria.

A Marinha é chefiada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) e para cumprimento da respectiva missão engloba: o Estado-Maior da Armada (EMA); os órgãos centrais de administração e direcção; o comando de componente naval, designado por Comando Naval; os órgãos do conselho; o órgão de inspecção, designado por Inspecção-geral da Marinha; os órgãos de base; e, os órgãos e serviços regulados por legislação própria (art. 6.º da LOMAR).

A competência do CEMA vem regulada no art. 8.º da LOMAR. Ora, o CEMA é o comandante da Marinha, e como tal, é o conselheiro do Ministro da Defesa Nacional e do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) em todos os assuntos específicos da Marinha, tendo a competência fixada na lei e participa, por inerência do cargo, nos órgãos de conselho nela previstos.

Em forma de conclusão, podemos afirmar que a Marinha está organizada em quatro grandes áreas.

Em primeiro lugar, a formulação estratégica e o planeamento que são realizados com todo o profissionalismo pela chefia da Marinha, pelos Órgãos de Conselho e pelo Estado-Maior da Armada.

Em seguida, é assegurada pelas superintendências do pessoal, do material, das finanças, e de tecnologia de informação, a gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e de sistemas e tecnologias de informação.

Em terceiro lugar, e da responsabilidade do Comando Naval, que conjuntamente com os órgãos culturais e de investigação científica, que são os principais responsáveis pelo produto institucional da Marinha, fazem o controlo dos meios navais e das forças dos fuzileiros e unidades de mergulhadores.

Finalmente, por último, é feita a gestão dos procedimentos, realizada pela Inspecção-Geral da Marinha.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Parece ser inevitável a existência de todos estes diplomas visto fazerem um enquadramento legal da Marinha enquanto ramo das Forças Armadas e ao mesmo tempo como órgão militar de imposição e manutenção da soberania nacional de Portugal no mar.

Como curiosidade, o actual Chefe do Estado-Maior da Armada, é o Exmº Senhor Almirante Macieira Fragoso, desde o dia 9 de Dezembro de 2013, tendo sido agraciado ao longo da sua carreira com vários louvores e condecorações, de que se destacam cinco medalhas Militares de Serviços Distintos – ouro e prata e duas medalhas Militares de Mérito Militar.

2.2. Caracterização da estrutura e funcionamento do Estado-Maior da Armada, em particular da Divisão de Recursos na estrutura orgânica da Marinha

Pretendemos neste ponto caracterizar a estrutura e o funcionamento do Estado-Maior da Armada, em particular da Divisão de Recursos na estrutura orgânica da Marinha, através da análise do diploma legal, o Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de Julho.

Ao abrigo do disposto no art. 1.º do Decreto Regulamentar, adiante designado por DECRET, o Chefe de Estado-Maior da Armada (CEMA) “ (...) *é o comandante da Marinha e tem as suas competências estabelecidas na lei*”, sendo que o seu gabinete (Gabinete do CEMA) é considerado o órgão de apoio directo e pessoal ao CEMA e à Autoridade Marítima Nacional (AMN) (art. 2.º do DECRET).

Ao abrigo do disposto no art. 3.º do DECRET o “ *Gabinete do CEMA tem por missão prestar apoio directo e pessoal ao CEMA e à AMN, designadamente ao nível das relações com entidades externas à Marinha e à AMN, bem como ao nível da comunicação e das relações públicas, do protocolo, da assessoria jurídica e apoio ao contencioso e, ainda, ao nível administrativo e financeiro.*”.

O regime referente ao Estado-Maior da Armada vem regulado no segundo capítulo do DECRET, onde este é o órgão de apoio à decisão do CEMA (art. 8.º do DECRET) e

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

que tem por missão o estudo, concepção e planeamento das actividades da Marinha, para apoio à decisão do CEMA (art. 9.º do DECRET).

O EMA é constituído pelo SCEMA; pela Divisão de Recursos (DIVREC); Divisão de Relações Externas; Divisão de Planeamento; Gabinete de Coordenação Interna e estrutura de apoio (art. 11.º do DECRET).

A Divisão de Recursos (DIVREC) vem regulada no art. 13.º do DECRET e tem como competências: “ a) *Elaborar estudos, planos, informações, pareceres ou propostas no âmbito; i) Da regulamentação e funcionamento da estrutura orgânica das unidades, estabelecimentos e órgãos (UEO); ii) Dos recursos humanos, designadamente, quanto à sua obtenção, formação e desenvolvimento, incluindo efectivos, estatutos, quadros especiais, lotações, carreiras do pessoal, sistemas retributivos, recrutamento, formação e mobilização, ensino superior militar, saúde militar e apoio social; iii) Dos recursos do material, incluindo infra-estruturas, designadamente quanto aos equipamentos e sistemas de armas e sensores das forças e unidades navais, aos sistemas e equipamentos da plataforma naval, ao aumento e abate de unidades navais e unidades auxiliares de Marinha, ao património e servidões militares; iv) Dos recursos informacionais, designadamente quanto à organização, procedimentos e interoperabilidade dos sistemas de informação; v) Da segurança e saúde no trabalho (SST), do ambiente e da protecção nuclear, biológica, química e radiológica; vi) Da investigação, desenvolvimento e inovação (IDI). b) Emitir parecer sobre doutrina militar; c) Coordenar com as entidades externas à Marinha os assuntos que sejam do seu âmbito de competência; d) Participar nas actividades relacionadas com o processo de gestão estratégica; e) Elaborar, coordenar e propor, para aprovação, os actos legislativos e regulamentos administrativos relativos ao funcionamento e organização da Marinha; f) Assegurar o apoio jurídico ao EMA; g) Promover e acompanhar as actividades de IDI, no âmbito da Marinha; h) Promover o desenvolvimento dos processos relativos aos sistemas de informação conjuntos, aos sistemas automáticos de troca de dados e aos sistemas de comando e controlo, de simulação operacional e de segurança da navegação; i) Coordenar a elaboração da Ordem da Armada e assegurar a sua publicação; j) Programar, coordenar e controlar os programas de investimento da Marinha; k) Programar, coordenar e controlar os processos de candidaturas a fundos europeus estruturais e de investimento, em articulação com as várias áreas funcionais; l) Elaborar, coordenar e*

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

propor, para aprovação, as linhas de orientação relativas à disponibilização de recursos humanos e materiais aos órgãos e serviços da AMN.”.

Em forma de conclusão, a Divisão de Relações Externas é composta, em primeiro lugar, pelas áreas da representação, internacional e de cooperação e, em segundo, a Divisão de Planeamento, de onde constam as áreas da estratégia, transformação e da comunicação estratégica.

A Divisão de Recursos é constituída pelo Departamento Jurídico Operacional e Internacional, pelos recursos humanos e pelos recursos materiais.

Por último, o Gabinete de Coordenação Interna, constituído pelas secções de coordenação, correspondência e informática.

Este diploma é de extrema importância visto definir qual o regime a aplicar ao Estado-Maior da Armada como sejam o seu âmbito e regras. A existência deste diploma é essencial para o bom funcionamento do órgão em causa. Como indicado, a prática jurídica efectiva ficará para outras núpcias, em eventuais trabalhos futuros sobre o tema.

Como curiosidade e actualmente, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (VCEMA), actualmente, é o Exmº Senhor Vice Almirante Bonifácio Lopes e o Subchefe do Estado-Maior da Armada (SCEMA) é o Exmº Senhor Contra-Almirante Luís Filipe de Almeida Carvalho.

2.3. Caracterização do Departamento Jurídico Operacional e Internacional

2.3.1. Análise comparativa do actual Regulamento Interno do Estado-Maior da Armada com a Proposta de Regulamento Interno em fase de elaboração

Este ponto destina-se a analisar o Regulamento Interno do Estado-Maior da Armada e a compará-lo com a Proposta de Regulamento que se encontra em fase de elaboração.

O Regulamento Interno (RI) do Estado-Maior da Armada (EMA) foi aprovado por uma proposta de despacho numerado, elaborada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA).

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Deparamo-nos que no seu art. 1.º, o RI visa definir a estrutura e o funcionamento do Estado-Maior da Armada (EMA).

Através da análise dos primeiros artigos deste despacho damo-nos conta que o EMA tem como função o estudo, elaboração e planeamento das actividades da Marinha e é o órgão que dá apoio à decisão do CEMA (arts. 2.º e 3.º do RI).

O art. 4.º do RI regula as competências do EMA, a apresentar:

- a) *“Elaborar, por sua iniciativa ou por determinação do CEMA, estudos, informações, pareceres e propostas sobre assuntos com interesse para a Marinha, entre outros”;*
- b) *“Traduzir as decisões do CEMA em directivas, planos, instruções, publicações ou ordens e assegurar a sua divulgação”;*
- c) *“Assegurar a coordenação das matérias transversais às várias áreas funcionais”;*
- d) *“Assegurar a coordenação, a supervisão e o controlo de todas as actividades de gestão estratégica da Marinha”;*
- e) *“Promover o planeamento integrado das actividades da Marinha, designadamente quanto à edificação, preparação e sustentação das suas capacidades, em coordenação com as várias áreas funcionais”;*
- f) *“Assegurar a coordenação, a supervisão e o controlo de todas as actividades relativas à produção e actualização de doutrina da Marinha”;*
- g) *“Elaborar os estudos conducentes à definição e desenvolvimento de conceitos, experimentação, requisitos e doutrina da Marinha”;*
- h) *“Efectuar a programação de recursos nas áreas do pessoal, do material, das infra-estruturas, das finanças e da informação”;*
- i) *“Assegurar a representação externa da Marinha, nomeadamente nas estruturas das Forças Armadas e da defesa nacional, em coordenação com as várias áreas funcionais da Marinha”;*
- j) *“Assegurar, no âmbito das suas actividades específicas, a preparação dos elementos necessários à representação da Marinha em conferências e reuniões, nacionais e internacionais”;*
- k) *“Assegurar, no âmbito da Marinha, a cooperação institucional com outras marinhas, agências, autoridades e organismos com ligação ao mar”;*
- l) *“Assegurar, no âmbito da Marinha, a coordenação das actividades de cooperação técnico-militar, em ligação com o Ministério da Defesa Nacional (MDN)”;*
- m) *“Assegurar a gestão das actividades de protocolo e cerimonial”;*

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

- n) *“Promover, elaborar e coordenar as propostas de actos legislativos e regulamentos administrativos com interesse para a Marinha, procedendo à sua divulgação”;*
- o) *“Propor as linhas de orientação relativas à disponibilização de recursos humanos e materiais aos órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional (AMN)”.*

Os arts. 5.º e 6.º do RI regulam o regime do Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (VCEMA).

O art. 6.º e o terceiro capítulo regulam a estrutura do EMA onde temos as seguintes divisões:

- a. O chefe de divisão;
- b. Os coordenadores de área;
- c. As áreas;
- d. Os núcleos.

O art. 13.º do RI regula as competências da DIVREC onde lhe compete: elaborar estudos, planos, informações, pareceres ou propostas no âmbito:

- i. Da regulamentação e funcionamento da estrutura orgânica das unidades, estabelecimentos e órgãos;
 - ii. Dos recursos humanos, designadamente, quanto à sua obtenção, formação e desenvolvimento, incluindo efectivos, estatutos, quadros especiais, lotações, carreiras do pessoal, sistemas retributivos, recrutamento, formação e mobilização, ensino superior militar, saúde militar e apoio social;
 - iii. Dos recursos do material, incluindo infra-estruturas, designadamente quanto aos equipamentos e sistemas de armas e sensores das forças e unidades navais, aos sistemas e equipamentos da plataforma naval, ao aumento e abate de unidades navais e unidades auxiliares de Marinha, ao património e servidões militares;
 - iv. Dos recursos informacionais, designadamente quanto à organização, procedimentos e interoperabilidade dos sistemas de informação;
 - v. Da segurança e saúde no trabalho e do ambiente;
 - vi. Da limitação de avarias e da protecção nuclear, radiológica, biológica e química;
 - vii. Da investigação, desenvolvimento e inovação;
- a) Emitir parecer sobre doutrina militar;

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

- b)* Coordenar com as entidades externas à Marinha os assuntos que sejam do seu âmbito de competência;
- c)* Participar nas actividades relacionadas com o processo de gestão estratégica;
- d)* Elaborar, coordenar e propor, para aprovação, os actos legislativos e regulamentos administrativos relativos ao funcionamento e organização da Marinha;
- e)* Assegurar o apoio jurídico ao EMA;
- f)* Promover e acompanhar as actividades de IDI, no âmbito da Marinha;
- g)* Promover o desenvolvimento dos processos relativos aos sistemas de informação conjuntos, aos sistemas automáticos de troca de dados e aos sistemas de comando e controlo, de simulação operacional e de segurança da navegação;
- h)* Coordenar a elaboração da Ordem da Armada e assegurar a sua publicação;
- i)* Programar, coordenar e controlar os programas de investimento da Marinha;
- j)* Programar, coordenar e controlar os processos de candidaturas a fundos europeus estruturais e de investimento, em articulação com as várias áreas funcionais;
- k)* Elaborar, coordenar e propor, para aprovação, as linhas de orientação relativas à disponibilização de recursos humanos e materiais aos órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional (AMN).

Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 14.º do RI, o Chefe da Divisão de Recursos é um Capitão-de-mar-e-guerra, na directa dependência do Subchefe do Estado-Maior da Armada (SUBCEMA).

A estrutura da Divisão de Recursos (DIVREC) vem prevista no art. 15.º do RI onde esta compreende o Departamento Jurídico Operacional e Internacional (DJOI), a área de recursos humanos e a área de recursos de material.

A estrutura do DJOI vem prevista no art. 17.º do RI onde este é composto pelo Núcleo de Produção Normativa e pelo Núcleo do Direito do Mar.

O art. 18.º do RI define o regime do Núcleo de Produção Normativa onde tem como competências: emitir parecer, sempre que solicitado, sobre os projectos de actos legislativos e regulamentos administrativos de interesse para a Marinha; promover a elaboração e alteração dos actos legislativos e regulamentos administrativos relativos à Marinha ou com interesse para a Marinha; emitir parecer sobre a elaboração e alteração

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

de normativos internos das restantes áreas funcionais; emitir parecer sobre os protocolos e acordos a celebrar pela Marinha.

O artigo seguinte regula as competências do Núcleo do Direito do Mar onde lhe compete:

- a)* Estudar e emitir parecer sobre os assuntos relativos ao direito do mar;
- b)* Estudar e emitir parecer sobre os assuntos relativos ao direito dos conflitos armados;
- c)* Assegurar o apoio jurídico da actividade operacional, nomeadamente através da disponibilização de oficiais com formação jurídica para participação em operações, exercícios, embarques e outras actividades que as necessidades operacionais aconselhem, designadamente no que respeita aos aspectos legais do uso da força e das regras de empenhamento;
- d)* Ministras, sempre que tal for solicitado, formação nas áreas referidas nas alíneas anteriores, no âmbito da Marinha ou no âmbito do cumprimento de compromissos externos.

Em forma de conclusão, este Regulamento está dividido em seis capítulos e contém dois anexos, um respectivo ao quadro de pessoal e um organograma do EMA.

O primeiro e segundo capítulo tratam das matérias relativas às disposições gerais e ao Subchefe do Estado-Maior da Armada (SCEMA).

O terceiro e quarto capítulo regulam o regime e funcionamento das Divisões (Divisão de Relações Externas, Divisão de Planeamento, Divisão de Recursos e Gabinete de Coordenação Interna) e o último ponto deste RI visa definir o próprio fundamento do EMA.

É nosso entender que este Regulamento abrange toda a matéria relativa ao Estado-Maior de Armada, onde inclui a sua constituição, as suas regras de funcionamento e o seu âmbito de aplicação.

Através da análise deste Regulamento, e relativamente ao Departamento Jurídico Operacional e Internacional, lugar onde este estágio foi desenvolvido, constatamos que

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

este Departamento é essencial para o Estado-Maior da Armada, visto que a sua equipa analisa juridicamente todos os assuntos do órgão em questão.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

3. DURAÇÃO E FASEAMENTO DO ESTÁGIO

3.1. Plano de estágio

3.1.1. Estágio a tempo parcial

O estágio decorreu durante cinco (5) meses tendo tido início a 7 de Setembro e fim no dia 8 de Fevereiro.

Realizou-se a tempo parcial sendo a hora de entradas às 9h00 e de saída às 13h00.

3.2. Duração das etapas do estágio

3.2.1 Etapa 1: de 7 de Setembro a 9 de Outubro de 2015.

3.2.2. Etapa 2: de 12 de Outubro a 13 de Novembro de 2015.

3.2.3. Etapa 3: de 16 de Novembro a 14 de Dezembro de 2015.

3.2.4. Etapa 4: de 15 de Dezembro de 2015 a 15 de Janeiro de 2016.

3.2.5. Etapa 5: de 18 de Janeiro a 8 de Fevereiro de 2016.

3.3. Considerações Gerais

As etapas, a sua seriação e as suas respectivas durações pareceram-nos de início – e de facto foram – adequadas e suficientes para o nosso objectivo.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

3.4. Tarefas Desenvolvidas

3.4.1. Etapa 1: Enquadramento jurídico e organizacional da Marinha

A primeira etapa do estágio decorreu no período de 7 de Setembro a 9 de Outubro de 2015 e teve por objectivo um breve enquadramento jurídico da natureza e organização da Marinha, através da análise de diplomas estruturantes em matéria de defesa nacional e das Forças Armadas. Assim, pretendeu-se que fosse enquadrada:

- a Marinha enquanto ramo das Forças Armadas;
- o Estado-Maior da Armada enquanto parte integrante da Marinha;
- a Divisão de Recursos, pertencente à estrutura do Estado-Maior da Armada;
- e o Departamento Jurídico Operacional e Internacional (DJOI), na dependência hierárquica do Vice-Chefe de Estado-Maior da Armada, através da Divisão de Recursos, mas ainda com uma dependência técnica do Director Jurídico. Tal como indicámos, e por motivos que se prendem com a disponibilidade da nossa Marinha em ir mais longe, atemo-nos aos quadros jurídico-formais do *law in the books*, sem entrar em pormenores sobre as práticas concretas que se vão acumulando.

De forma a cumprir com os objectivos definidos, esta etapa caracterizou-se por três momentos distintos.

Em primeiro lugar, foi realizado um breve enquadramento jurídico da natureza e organização das Forças Armadas, através dos diplomas legais aplicáveis a essa matéria.

Para tanto, a legislação consultada foi a seguinte:

- Constituição da República Portuguesa, na versão dada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto.
- Lei da Defesa Nacional, na versão dada pela Lei Orgânica n.º 1-B/09, de 7 de Julho.
- Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, na versão dada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de Julho.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

- Lei Orgânica da Marinha, na versão dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de Dezembro.
- Decreto Regulamentar da Marinha, na versão dada pelo Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de Julho.

A Lei n.º 1-B/09, de 7 de Julho, que aprovou a Lei da Defesa Nacional (LDN), alterada pela Lei Orgânica n.º 5/2014 de 29 de Agosto, e a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), na versão dada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de Julho, são leis orgânicas e assim sendo são leis de valor reforçado, estando previstas no disposto do n.º 3 do art. 112.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), onde *“têm valor reforçado, além das leis orgânicas, as leis que carecem de aprovação por maioria de dois terços, bem como aquelas que, por força da Constituição, sejam pressuposto normativo necessário de outras leis ou que por outras devam ser respeitadas.”*.

Vale a pena detalhar, aqui, alguma perspetivação teórica e, até, metodológica. Chama-se a atenção para a opinião do Professor Gomes Canotilho e do Professor Vital Moreira para o facto de as leis de valor reforçado pertencerem à reserva de competência legislativa absoluta da Assembleia da República (AR) e de estas possuírem valor reforçado não apenas perante os Decretos-lei mas também perante as demais leis da AR, pois só elas podem produzir inovatoriamente direito objectivo quanto às matérias que lhes pertence disciplinar e só podem ser alteradas por outros actos legislativos sob a forma de lei orgânica.¹

Os Professores acima citados e ainda sobre a análise do disposto no n.º 3 do art. 112.º da CRP, pensam ser de extrema importância ter-se atenção à rigorosa concretização da maioria de dois terços e à exigência da maioria de dois terços relativamente a todo o acto legislativo ou apenas em relação a algumas normas e disposições.²

Ambos são da opinião que, as leis de valor reforçado são leis que segundo a Constituição revestem uma forma específica, seguem um procedimento especial e estão

¹ Cfr. GOMES CANOTILHO, J.J.; VITAL MOREIRA – CRP: Constituição da República Portuguesa Anotada – Artigos 108º a 296º. Vol. II. p. 58

² Cfr. GOMES CANOTILHO, J.J.; VITAL MOREIRA – CRP: Constituição da República Portuguesa Anotada – Artigos 108º a 296º. Vol. II. p. 62

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

sujeitas a um regime peculiar de aprovação, pelo que não podem ser desrespeitadas pelas leis comuns.³

Em seguida, caracterizou-se organicamente o Estado-Maior da Armada e a Divisão de Recursos, designada por DIVREC, dentro da estrutura orgânica da Marinha.

As atribuições, competências e organização da estrutura interna da Marinha são determinadas pelo Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de Julho (DECREG).

Este decreto regulamentar tem um regime específico previsto no n.º 6 do art. 112.º da Constituição da República Portuguesa.

Os Professores Gomes Canotilho e Vital Moreira consideram que se prescreve a forma de decreto regulamentar quando se trate de um regulamento independente.⁴

Estes Professores são da opinião de que a obrigatoriedade constitucional ou legal da forma de decreto regulamentar para certos tipos de regulamentos, designadamente dos regulamentos independentes, visa submeter estes a um regime mais exigente (especialmente quanto à promulgação do Presidente da República), impedindo que o Governo e a Administração recorram a regulamentos independentes, em vez de utilizarem directamente um instrumento legislativo, com o objectivo de se furtarem aos requisitos e controlos específicos da produção legislativa, tal como, sucederia se pudessem emitir regulamentos independentes sob qualquer forma (resoluções, despachos genéricos, portarias, etc.).⁵

É óbvio que não se autorizam regulamentos totalmente independentes da lei, isto é, regulamentos isentos de fundamento legal prévio. Os regulamentos independentes também estão sujeitos ao princípio da legalidade, o que significa não existir exercício do poder regulamentar sem fundamento jurídico numa específica lei anterior. A

³ Cfr. GOMES CANOTILHO, J.J.; VITAL MOREIRA – CRP: Constituição da República Portuguesa Anotada – Artigos 108º a 296º. VOL. II. p. 56

⁴ Cfr. GOMES CANOTILHO, J.J.; VITAL MOREIRA – CRP: Constituição da República Portuguesa Anotada – Artigos 108º a 296º. VOL. II. p. 71

⁵ Cfr. GOMES CANOTILHO, J.J.; VITAL MOREIRA – CRP: Constituição da República Portuguesa Anotada – Artigos 108º a 296º. VOL. II. p. 71

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Constituição impõe, assim, um pressuposto legal, no sentido da exigência de uma lei prévia para actuação por poder regulamentar (princípio da precedência da lei).⁶

Os Professores Vital Moreira e Gomes Canotilho são da opinião de que os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar⁷.

Na persecução da análise à Lei Orgânica da Marinha, na versão dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de Dezembro, deparamo-nos com o facto de a Marinha ser dotada de autonomia administrativa.

O Professor Caupers considera que a administração autónoma é constituída por pessoas colectivas que não foram criadas pelo Estado, prosseguindo interesses públicos próprios das colectividades que as instituíram.⁸

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa é da opinião que a administração autónoma não se encontra submetida nem a poder de direcção, nem a poder de superintendência, mas ao poder de tutela por parte do Estado-Administração.⁹

É ainda opinião do Professor Marcelo Rebelo de Sousa que este tipo de administração possui fins específicos, altruísticos e, portanto, não lucrativos sendo certo que prosseguem os seus próprios fins através de prestações individualizadas.¹⁰

Por último, foi feita uma análise comparativa ao Regulamento Interno (RI) do Estado-Maior da Armada (EMA), em vigor, e ao projecto de RI ainda em fase de elaboração interna, onde se analisou em concreto as matérias da responsabilidade do Departamento Jurídico Operacional e Internacional.

⁶ Cfr. GOMES CANOTILHO, J.J.; VITAL MOREIRA – CRP: Constituição da República Portuguesa Anotada – Artigos 108º a 296º. VOL. II. p. 72

⁷ Cfr. GOMES CANOTILHO, J.J.; VITAL MOREIRA – CRP: Constituição da República Portuguesa Anotada – Artigos 108º a 296º. VOL. II. p. 75

⁸ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 111

⁹ Cfr. REBELO DE SOUSA, Marcelo, Lições de Direito Administrativo. Vol I. p. 373

¹⁰ Cfr. REBELO DE SOUSA, Marcelo, Lições de Direito Administrativo. Vol I. p. 376

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

O Regulamento Interno do EMA foi aprovado por Despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) e esse despacho traduz-se num acto com eficácia interna produzido através do poder discricionário que é concedido à Administração Pública.

Antes de mais, cabe-nos em primeiro lugar definir o conceito de acto administrativo, tendo para tal sido consultada a obra do Professor João Caupers.

O Professor João Caupers define o acto administrativo como um acto jurídico, ou seja, uma conduta voluntária geradora de efeitos de direito.¹¹

Note-se que a determinação da voluntariedade da conduta nem sempre é feita com recurso à chamada vontade psicológica, isto é, a vontade tal como por via de regra a concebe a teoria do negócio jurídico: com muita frequência, no acto administrativo, a vontade é «reconstruída» a partir de elementos de carácter normativo, que se sobrepõem aos elementos psicológicos.¹²

Digamos de forma simplificada, que não é a vontade que realmente se teve em consideração, mas a vontade que, nos termos da lei, se deveria ter tido.¹³

Em suma, o Professor João Caupers define o acto normativo como um acto jurídico unilateral com carácter decisório, praticado no exercício de uma actividade administrativa pública, destinado a produzir efeitos jurídicos numa situação individual e concreta.¹⁴

É opinião do mesmo, que o termo discricionariedade nos remete para a ideia de escolha, ou seja a de fazer uma coisa quando se poderia ter feito outra. Melhor, quando a lei permitiria que se tivesse feito outra. Mas evoca também a ideia de escolha parametrizada, isto é, uma escolha levada a cabo dentro de certos limites.¹⁵

O Professor considera que a decisão discricionária tem de assentar numa racionalidade própria, susceptível de algum tipo de controlo; não pode radicar num capricho (isso

¹¹ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 182

¹² Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 183

¹³ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 183

¹⁴ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 188

¹⁵ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 73

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

seria uma escolha arbitrária, perfeitamente lícita quando feita por um cidadão, mas inaceitável se feita por um órgão da Administração Pública).¹⁶

Os parâmetros a que deve obedecer a escolha discricionária podem delimitar um espaço maior ou menor, conferindo à decisão uma dose de liberdade de geometria muito variável.¹⁷

O Professor João Caupers é da opinião de que a discricionariedade não resulta de um “esquecimento” ou de uma incapacidade de previsão do legislador, mas de uma opção deste: considerou que, para melhor prosseguir um determinado interesse público, a administração pública deveria poder escolher um de entre vários conteúdos decisórios – aquele que, no entender do órgão decisor, melhor prosseguisse tal interesse.¹⁸

O legislador quis que este dispusesse de uma certa margem de liberdade de decisão, por forma a poder adaptar esta à diversidade das condições da vida que poderia justificar a sua tomada.¹⁹

O Professor João Caupers é da opinião de que a escolha discricionária não se confunde com a determinação do sentido e alcance da norma legal, designadamente no que respeita aos conceitos vagos e indeterminados: a interpretação jurídica é sempre uma actividade vinculada, no sentido de que o texto da norma apenas comporta um sentido e um alcance correctos; tudo o mais não serão interpretações alternativas, serão interpretações incorrectas.²⁰

Para o Professor acima citado, o que pode suceder é que, interpretada correctamente uma norma de direito administrativo, se haja de concluir que o legislador, optando pela incompleição da regulação legal, confiou ao órgão decisor uma certa liberdade de apreciação das circunstâncias que rodeiam a tomada da decisão, concedendo-lhe alguma latitude.²¹

O Professor João Caupers considera que também pode resultar da análise da norma algo de diferente, isto é, a conclusão de que o legislador, utilizando conceitos vagos ou

¹⁶ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 73

¹⁷ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 73

¹⁸ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 78

¹⁹ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 78

²⁰ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 78

²¹ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 78

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

indeterminados, apenas quis obrigar o órgão decisor – ou quem quer que faça a aplicação da norma – ao respectivo preenchimento, por forma a possibilitar tal aplicação.²²

A primeira hipótese corresponde à discricionariedade, o mesmo não ocorrendo com a segunda, que se situa no domínio da vinculação.²³

Relativamente à própria elaboração do Regulamento Interno do Estado-Maior da Armada, os artigos 114.º a 119.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), introduziram no nosso ordenamento regras relativas à elaboração de regulamentos.

Para tanto consultámos a doutrina do Professor João Caupers.

No essencial, tais normas estabelecem: a) A faculdade de iniciativa procedimental dos interessados na regulamentação de certa matéria, exercitável mediante pedido fundamentado dirigido ao órgão competente (arts. 115.º e 116.º do CPA); b) O direito de participação procedimental dos interessados na elaboração dos projectos de regulamento (art. 117.º do CPA); c) a apreciação pública dos projectos de regulamento (art. 118.º do CPA).²⁴

Para o Professor acima citado, os regulamentos entram em vigor nos mesmos termos das leis e podem cessar a sua vigência por caducidade (causada pelo decurso do respectivo prazo ou pela revogação sem substituição da lei que visavam regulamentar), pela sua revogação (com substituição – n.º 1 do art. 119.º do CPA) ou ainda pela anulação contenciosa ou pela declaração da sua ilegalidade.²⁵

3.4.2. Etapa 2: Análise do Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Socorros a Náufragos e a Associação Madeirense para o Socorro no Mar, do Memorando de Entendimento entre o Ministro da Defesa da República Portuguesa e o Ministro da Defesa da República Alemã, e do Projecto entre os Estados-Membros da Iniciativa “5+5 Defence”

²² Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 78

²³ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 78

²⁴ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 232

²⁵ Cfr. CAUPERS, João, Introdução ao Direito Administrativo, p. 232

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

A segunda etapa do estágio decorreu entre 12 de Setembro a 13 de Novembro de 2015 e teve como fim o estudo e análise das normas orientadoras para a elaboração de Protocolos na Marinha, a celebrar com entidades públicas ou privadas, por forma, a analisar-se correctamente e dentro de um âmbito legal um Protocolo, um Memorando de Entendimento e uma proposta de Projecto, trabalho que aliás é desenvolvido pelo próprio Departamento Jurídico Operacional e Internacional (DJOI)²⁶.

Para se cumprir com os objectivos definidos, esta etapa desenvolveu-se em oito momentos distintos.

Começou-se por analisar a hierarquia dos actos normativos constantes no art. 112.º da Constituição da República Portuguesa, com a elaboração de uma pirâmide de onde constassem os diversos actos legislativos e regulamentos administrativos.

Em seguida efectuou-se uma abordagem mais profunda e detalhada sobre o regime das competências, em geral. Para tanto foram analisados os artigos 161.º a 165.º da Constituição da República Portuguesa, referentes à competência da Assembleia da República e posteriormente, os artigos 197.º a 201.º sobre a competência do Governo, do mesmo diploma legal.

Foi também apreciada a distinção entre os conceitos de maioria simples e maioria qualificada e suas consequências, previstos no art. 116.º da Constituição da República Portuguesa.

Debruçamo-nos, depois, sobre o regime da delegação de poderes previsto no Código de Procedimento Administrativo, tendo para tal sido elaborado um gráfico de onde constavam os requisitos necessários do acto de delegação e de delegar, propriamente dito.

Analisaram-se os conceitos e âmbitos dos regimes dos poderes do delegante, do subdelegante e o da extinção da delegação, ou subdelegação, a que se referem os arts. 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

²⁶ Ou seja, levamos, aqui, a cabo um estudo de caso, um bom exemplo (embora limitado), do que pensamos dever ser o segundo passo de um estudo mais aprofundado da Armada Portuguesa.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Estudou-se o Despacho do Almirante CEMA n.º 42/06, de 31 de Março, que aprovou as normas orientadoras para a elaboração de Protocolos, na Marinha.

Considerando que a Marinha tem vindo a acolher inúmeras solicitações para a celebração de protocolos, nas mais variadas áreas, impondo-se uma atenção acrescida por parte das unidades, estabelecimentos e órgãos, no sentido de serem harmonizados, não só os procedimentos internos durante a fase de preparação, mas também a forma e o conteúdo dos documentos.

Considerando ainda que se torna necessário estabelecer as orientações convenientes de forma a assegurar um texto uniforme, compatível com as exigências deste tipo de acordos.

Assim sendo, a celebração de protocolos deve suceder-se sempre que existam assuntos que envolvam o estabelecimento de colaboração entre a Marinha e entidades públicas ou privadas e que gerem obrigações durante um período de tempo relevante.

Todos os Protocolos devem ser reduzidos a escrito e assinados por ambas as partes.

Aqui pode ou não passar a existir uma delegação de poderes, que vem prevista nos termos do disposto dos arts. 44.º e ss do Código de Procedimento Administrativo (CPA).

Nos termos dos art. 44.º e ss do CPA, a pessoa ou órgão que queira delegar um poder deve respeitar quatro requisitos: em primeiro lugar, a pessoa tem de estar habilitada por lei para o fazer; de seguida, a pessoa em causa tem de delegar através de um acto de delegação de poderes, em terceiro, o órgão ou agente da mesma pessoa colectiva ou outro órgão de diferente pessoa colectiva pratique actos administrativos sobre a mesma matéria; e, por último, tem de estar publicado em Diário da República.

As propostas de protocolo, antes da respectiva assinatura, devem ser remetidos para análise e parecer ao (1) Gabinete do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada caso estes envolvam órgãos de comunicação social e, bem assim, os que tiverem por objecto a utilização de infra-estruturas para fins sociais e protocolares; (2) à superintendência dos serviços de material, se envolverem a utilização ou oneração de imóveis afectos à Marinha, ou se implicarem a utilização de sistemas de informação ou comunicação da Marinha ou em uso pela Marinha; (3) à superintendência dos serviços financeiros, se

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

envolverem encargos financeiros por parte da Marinha que não seja possível acomodar no orçamento atribuído, bem como os que, potencialmente, propiciem a obtenção de receitas; (4) à Comissão Cultural da Marinha, se implicarem a utilização de recursos da Marinha para fins culturais ou artísticos.

Após a assinatura, deve ser remetida uma cópia de todos os protocolos ao Estado-Maior da Armada, que irá assegurar a sua eventual distribuição em razão da matéria, devem manter um acervo completo da documentação em relação a cada um dos protocolos celebrados e, bem assim, acompanhar a sua execução e zelar pelo pontual cumprimento dos seus termos.

Cabe, aqui, o arrolamento de uma série de pontos gerais. Os Protocolos da Marinha têm de obedecer aos seguintes requisitos:

- 3.2.1. O título: deve conter a designação das partes e uma indicação sumária do objecto ou fim do protocolo;
- 3.2.2. O preâmbulo ou considerandos: devem conter de forma simples e concisa as linhas orientadoras do protocolo e os motivos que conduzem à sua celebração;
- 3.2.3. A identificação das partes e de quem as representa para o acto da assinatura: sempre que seja conveniente abreviar a designação das partes no texto do protocolo, deve ser utilizada na parte final da identificação a expressão “adiante designada por”;
- 3.2.4. O corpo do protocolo: tem de ser constituído por cláusulas numeradas ordinalmente.

Os Protocolos cessam por:

- (1) Revogação: a revogação do protocolo é livre, discricionária e é feita através de declaração (acordo) das partes envolvidas;
- (2) Resolução ou rescisão: é tendencialmente vinculada, isto é, ópera com fundamento na violação do protocolo pela outra parte;
- (3) Denúncia: é livre, discricionária sendo necessário fazer-se uma declaração unilateral e só deve ser prevista em protocolos de duração indeterminada;

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

(4) Oposição à renovação: opera por declaração unilateral em protocolos celebrados por um determinado prazo, que se renovam automaticamente se nada for dito em contrário;

(5) Caducidade: ocorre quando sobrevenha o prazo acordado para a extinção do protocolo.

Foi apreciado os termos do Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Socorros a Náufragos e a Associação Madeirense para o Socorro no Mar, tendo-nos debruçado sobre os Decretos-Lei n.º 394/85, de 26 de Agosto e o n.º 155/92, de 28 de Julho relativos ao Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) e a legislação publicada relativa à autonomia administrativa.

Analizando-se o protocolo em questão e através das normas acima referidas, constata-se que:

- A) Título: Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Socorros a Náufragos e a Associação madeirense para o Socorro no Mar;
- B) Preâmbulo: Contém toda a informação necessária e as razões que levam à celebração do Protocolo.
- C) A identificação das partes e de quem as representa para o acto da assinatura: surge uma dúvida relativamente à competência da entidade que foi designada para assinar o referido Protocolo, dado não ser líquido se a teria ou não;
- D) O corpo do protocolo: todo o protocolo é constituído por cláusulas, estando estas devidamente numeradas e de forma ordinal.

Mais se analisaram os termos do *Memorandum of Understanding between the Minister of Defence of the Portuguese Republic and the Minister of Defence of the Federal Republic of Germany*, relativamente à prestação de cooperação no ensino de matérias relativas aos submarinos e à formação entre ambas as Marinhas.

Ao analisar-se o Memorando em questão e através das normas acima referidas, constata-se que:

- A) Título: *Memorandum of Understanding between the Minister of Defence of the Portuguese Republic and the Minister of Defence of the Federal Republic of Germany*;

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

- B) Preâmbulo: não contém nenhum preâmbulo. As razões que levam à celebração do memorando constam como subtítulo do mesmo.
- C) A identificação das partes e de quem as representa para o acto da assinatura: as partes estão devidamente identificadas e têm competência para assinar o memorando;
- D) O corpo do protocolo: todo o Protocolo é constituído por artigos, estando estes devidamente numerados e de forma ordinal.
- E) Cessação do Memorando: o regime legal designado para fazer cessar este memorando foi a denúncia. A denúncia é livre, discricionária sendo necessário fazer-se uma declaração unilateral e só deve ser prevista em protocolos de duração indeterminada. Constatou-se neste âmbito uma omissão relativa à forma de denúncia visto que devia ser claro se se efectuava por correio registado com aviso de recepção, ou por mera carta com registo.

Para finalizar, apreciámos o teor do *Project between the Member States of the “5+5 Defence” initiative related to the Cooperation for response to Marine Pollution*.

Analisando-se o Projecto em questão e através das normas acima referidas, constata-se que:

- A) Título: *Project between the Member States of the “5+5 Defence” initiative related to the Cooperation for response to Marine Pollution*;
- B) Preâmbulo: Contém toda a informação necessária e as razões que levam à celebração do Protocolo.
- C) A identificação das partes e de quem as representa para o acto da assinatura: as partes estão devidamente referenciadas com total competência para a assinatura do referido projecto;
- D) O corpo do protocolo: todo o protocolo é constituído por pontos, estando estes devidamente numerados e de forma ordinal.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

3.4.3. Enquadramento jurídico do *Project between the Member States of the “5+5 Defence” initiative related to the Cooperation for response to Marine Pollution*

Por forma a alargar-se o âmbito em que o Projecto deve ser analisado decidiu-se colocar o respectivo enquadramento num ponto diferente.

Durante a análise ao referido Projecto foi necessário recorrer-se à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97, assinada por Portugal em 10 de Dezembro de 1982.²⁷

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ou a Convenção de Montego Bay, foi celebrada no dia 10 de Dezembro de 1982, após ocorridas em Genebra as Conferências das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 1958 e 1960, com o objectivo de solucionar todas as questões relativas ao direito do mar e a sua contribuição para a manutenção da paz, da justiça e do progresso de todos os povos do mundo.

Dado a existência de problemas no espaço oceânico era conveniente estabelecer, por meio desta Convenção, e com a devida consideração pela soberania por todos os Estados, uma ordem jurídica para os mares e oceanos que facilitasse as comunicações internacionais e promovesse os usos pacíficos dos mares e oceanos, a utilização equitativa e eficiente dos seus recursos, a conservação dos recursos vivos e, o estudo, a protecção e a preservação do meio marinho.

Pretendia-se com a consecução destes objectivos criar uma ordem económica internacional justa e equitativa que tivesse em conta os interesses e as necessidades da humanidade, em geral, e, em particular, os interesses e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento quer costeiros, quer sem litoral.

Os Estados Partes desta Convenção consideraram património comum da humanidade, os fundos marinhos e oceânicos bem como o seu subsolo para além dos limites da

²⁷ Tudo o que aqui digo, transcrevo na íntegra todo o teor da Convenção, com total transparência e clareza.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

jurisdição e a exploração e aproveitamento dos mesmos fundos seriam feitos em benefício da humanidade em geral, independentemente da situação geográfica.

Esta Convenção teria como fim o fortalecimento da paz, da segurança, da cooperação, e das relações de amizade entre todas as nações, de conformidade com os princípios de justiça e igualdade de direitos, e promoverão o progresso económico e social de todos os povos do mundo.

Esta Convenção está dividida em 17 (dezassete) partes.

A primeira parte da Convenção tem como epígrafe “Introdução”, onde se define o conceito dos termos utilizados na respectiva Convenção tais como área, autoridade, actividade na área, poluição do meio marinho, alijamento e “Estados Partes”.

A segunda parte, com a epígrafe “Mar territorial e zona contígua”, engloba as matérias relativas aos limites do mar territorial, à passagem inofensiva pelo mar territorial e à zona contígua.

Na terceira parte é tratada a matéria relativa aos “Estreitos utilizados para a navegação internacional”, onde é analisado o regime da passagem em trânsito e da passagem inofensiva.

A quarta parte desta Convenção diz respeito aos “Estados arquipélagos”, onde vem definido o conceito de estado arquipélago e de arquipélago; é também referido o regime a aplicar às linhas de base arquipelágicas; a medição da largura do mar territorial, zona contígua, da zona económica exclusiva e da plataforma continental; a delimitação das águas interiores, acordos existentes, direitos de pesca tradicionais e cabos submarinos existentes.

A Zona Económica Exclusiva, vem prevista na quinta parte da referida Convenção, onde vem definido o regime jurídico da mesma, tal como, os seus direitos, jurisdição, deveres do Estado costeiro.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Em seguida, é apreciado o tema da “Plataforma Continental” de onde consta o seu conceito, delimitação, regime jurídico, e prevê-se algumas actividades que possam ser efectuadas por forma a ter-se um aproveitamento do subsolo.

A sétima parte da Convenção é respeitante ao “Alto mar”, onde se define o seu âmbito de aplicação e o regime da conservação e gestão dos recursos vivo do alto mar,

O “Regime das ilhas” foi o tema a seguir a ser retratado, onde se define o seu conceito e o seu âmbito de aplicação.

A nona parte desta Convenção, diz respeito aos “Mares fechados ou semifechados”, onde se define o seu conceito e se revela que deve haver uma cooperação entre Estados costeiros de mares fechados ou semifechados.

A parte a seguir diz respeito ao “Direito de acesso ao mar e a partir dos Estados sem litoral e liberdade de trânsito”, onde são definidos os conceitos de estado sem litoral, estado de trânsito, tráfego em trânsito e meio de transporte; é ainda analisada a parte da jurisdição do acesso ao mar e a partir do mar e liberdade de trânsito como também direitos aduaneiros.

Em seguida é analisado o regime “A Área”, onde são definidos os termos utilizados e o seu âmbito de aplicação; analisa-se os princípios que regem a água e estuda-se o aproveitamento dos recursos da área.

Ainda nesta parte vem previsto o regime da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, onde é analisado detalhadamente a sua assembleia o seu conselho e o secretariado; a empresa e os recursos financeiros da Autoridade; o estatuto jurídico, os privilégios e imunidades; a suspensão do exercício de direitos e de privilégios dos membros, e, a solução de controvérsias e pareceres consultivos.

A décima segunda parte, diz respeito à “Protecção e preservação do meio marinho”, onde são analisados os seguintes aspectos: a) as disposições gerais; b) a cooperação mundial e regional; c) a assistência técnica; d) o controlo sistemático e avaliação ecológica; e) as regras internacionais e legislação nacional para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho; f) a execução; g) as garantias; h) as áreas

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

cobertas de gelo; i) a responsabilidade; j) a imunidade soberana; e, l) as obrigações contraídas em virtudes de outras convenções sobre protecção e preservação do meio marinho.

Numa outra parte temos a “Investigação científica marinha” onde é estudado a cooperação internacional; a realização e promoção da investigação científica marinha; as instalações e equipamento de investigação científica no meio marinho; a responsabilidade; e, a solução de controvérsias e medidas provisórias.

A décima quarta parte diz respeito ao “Desenvolvimento e transferência de tecnologia marinha”, onde são retratadas a cooperação internacional, os centros nacionais e regionais de investigação científica e tecnológica marinha, e, a cooperação entre organizações internacionais.

A parte seguinte é respeitante à “Solução de controvérsias” onde se aborda para além das disposições gerais, os procedimentos compulsórios conducentes a decisões obrigatórias e seus limites e excepções.

As duas últimas partes são referentes às disposições gerais e disposições finais da Convenção.

Relativamente a Portugal, a Convenção teve os seguintes impactos:

- 1) Relativamente à delimitação do mar territorial, da plataforma continental e da Zona Económica Exclusiva, é aplicável os direitos decorrentes da legislação interna portuguesa no que respeita o território continental e aos arquipélagos e ilhas que os integram;
- 2) Portugal declara que, numa zona de 12 milhas marítimas contígua ao seu mar territorial, tomará as medidas de fiscalização que entenda por necessárias;
- 3) De acordo com esta Convenção, Portugal goza de direitos soberanos e de jurisdição sobre uma zona económica exclusiva de 200 milhas marítimas contadas desde a linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial;
- 4) Os limites de fronteiras marítimas entre Portugal e os Estados cujas costas lhes sejam opostas ou adjacentes são aqueles que se encontram historicamente determinados, com base no direito internacional;

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

- 5) A ratificação desta Convenção por Portugal não implica o reconhecimento automático de quaisquer fronteiras marítimas ou terrestres;
- 6) Portugal não se considera vinculado pelas declarações feitas por outros Estados, reservando a sua posição em relação a cada uma delas para momento oportuno;
- 7) Portugal declara, para os efeitos do art. 287.º da Convenção que na ausência de meios não contenciosos para a resolução de controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção escolherá um dos seguintes meios: o Tribunal Internacional de Direito do mar; o Tribunal Internacional de Justiça; Tribunal arbitral; Tribunal arbitral especial;
- 8) Portugal assinala que, enquanto Estado membro da Comunidade Europeia, transferiu competências para a Comunidade em algumas das matérias reguladas na presente Convenção.

3.4.4. Etapa 3: Estudo detalhado do regime jurídico aplicável aos militares em matéria de férias

A terceira etapa do estágio decorreu no período entre 16 de Novembro e 14 de Dezembro de 2015, tendo por objectivo o estudo do anterior e actual regime jurídico das férias da função pública, comparando-os entre si, por forma a se averiguar se apresentava, ou não, alterações e, no caso afirmativo, quais e as que seriam aplicáveis aos militares.²⁸

Para se alcançar os objectivos definidos, esta etapa desenvolveu-se em quatro momentos distintos.

Começou-se por analisar a Minuta de Ofício com a pergunta n.º 2030/XII/2.^a, de 15 de Maio de 2013, com a referência “Ofício n.º 1954/CG, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, de 17 de Maio de 2013”, dirigida ao Exmº Senhor Chefe do Gabinete de sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional.

²⁸ Embora este ponto releve para uma ordem sistemática diferente, inclui-o aqui por insistência, compreensível, dos Oficiais de Marinha que me receberam. Trata-se de uma matéria de importância contemporânea para eles, e suponho que, por isso, insistiram que a incluísse no corpo deste meu Relatório de Estágio.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Este documento tinha como objectivo o seguinte pedido de esclarecimento “Têm sido determinados na estrutura das Forças Armadas normativos reguladores ao gozo de licença de férias dos militares publicados depois de 14 de Outubro de 2009?”.

Em resposta a este pedido, reportou-se para o ano de 2011, onde foi publicado na Marinha, um normativo interno do Chefe do Estado-Maior da Armada, com o objectivo de disciplinar procedimentos relativos ao gozo de férias dos militares e militarizados no cumprimento e por referência ao subsequente normativo legal em vigor: (1) Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho; (2) Decreto-Lei n.º 296/2209, de 14 de Outubro; (3) Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

A Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, procedeu à alteração e revogação de um conjunto de normas, de entre as quais a quase totalidade das disposições relativas ao regime jurídico das férias constantes no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

Assim, em virtude da entrada em vigor da Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, o regime de férias aplicável aos militares, respectivamente na sua componente retributiva e de gozo, passou a resultar da aplicação conjugada dos seguintes diplomas:

- a) Estatuto dos Militares das Forças Armadas,
- b) Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro;
- c) Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;
- d) Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

Para mais se estudou um Despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada dirigido ao Estado-Maior da Armada e à superintendência dos serviços do pessoal, sob a coordenação do Vice-almirante Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, onde era solicitado que se promovesse o estudo conducente à aplicação e cumprimento do novo regime jurídico, bem como à eventual revisão do normativo interno existente sobre a alteração ao regime jurídico relativo às férias dos militares e militarizados.

Foi também analisado o Despacho dirigido ao Chefe do Estado-Maior da Armada de onde consta a resposta do Despacho acima referido.

Até à entrada em vigor da Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, o regime de férias aplicável aos militares, na sua componente de gozo e na sua componente retributiva,

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

resultava da aplicação conjugada do art. 94.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março (regime de férias, faltas e licenças) e do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro (que alterou a estrutura do regime remuneratório aplicável aos militares).

A Lei n.º 66/2012, procedeu, entretanto à alteração e revogação de um conjunto de normas, de entre as quais a quase totalidade das disposições relativas às férias do Decreto-Lei n.º 100/99.

Assim, em virtude da entrada em vigor da Lei n.º 66/2012, o regime de férias aplicável aos militares, respectivamente na sua componente retributiva e de gozo, passa a resultar da aplicação conjugada do Decreto-Lei n.º 296/2009, da Lei n.º 59/2008 e do art. 7.º do Decreto-Lei n.º 100/99.

Para finalizar, estudou-se e comparou-se o regime jurídico das férias dos militares e militarizados a aplicar às Forças Armadas constantes da Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, e da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho.

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) expressa no seu art. 94.º que é aplicável aos Militares/Militarizados as disposições previstas no regime geral da função pública.

O legislador no n.º 1 do art. 171.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, não limitou o tempo de férias para o trabalhador.

No n.º 8 do art. 176.º da Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, o trabalhador podia gozar, por sua iniciativa, os seus dias de férias em meios-dias, no máximo de quatro meios-dias, seguidos ou interpolado.

O art. 4.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, determina que durante o período de férias, o funcionário ou agente é abonado das remunerações a que teria direito se se encontrasse em serviço efectivo, à excepção do subsídio de refeição.

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), ou seja, a Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designa no âmbito do n.º 2 do seu artigo 2.º que a expressa lei não se aplica aos militares das Forças Armadas.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Ora, sendo que o EMFAR denomina que o regime a aplicar seja o regime geral da função pública, os Militares/Militarizados devem passar a reger-se pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho.

Na lei actual, que alterou novamente, o enquadramento legal em vigor para o gozo de férias, no n.º 2 do art. 126.º, o período anual de férias passa a ter a duração de vinte e dois (22) dias úteis, a que acresce um dia útil por cada dez (10) anos de serviço efectivamente prestado. Esta alteração é a mais relevante do novo regime de férias aplicável, neste momento, a todos os militares, militarizados e civis.

A Lei n.º 35/2014 acabou com a iniciativa de o trabalhador poder gozar as suas férias em meios-dias.

O n.º 1 do art. 239.º do Código de Trabalho (CT) estabelece o regime de férias aplicável no ano ingresso, onde os trabalhadores têm direito a dois dias úteis de férias por cada mês de serviço efectivo, até vinte (20) dias.

A licença de férias, neste regime, é concedida nos termos do n.º 3 do art. 94.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aos militares que possuem no mínimo, seis (6) meses de serviço efectivamente prestado.

O regime aplicável ao ano do gozo das férias constante no art. 240.º do CT, é idêntico ao anteriormente em vigor, onde permite ao trabalhador, excepcionalmente, relativamente às férias vencidas e não gozadas no ano civil respectivo, gozá-las até 30 de Abril do ano seguinte, por acordo com a sua entidade patronal, ou sempre que este as pretenda gozar com familiar residente no estrangeiro.

Pode ainda ser cumulado o gozo de metade do período de férias vencido no ano civil anterior com o período de férias vencido no ano em causa, mediante acordo entre a entidade patronal e o trabalhador.

Também o regime do mapa de férias constante no disposto do n.º 9 do art. 241.º do CT é idêntico ao anteriormente em vigor, onde se refere que o mapa de férias com o inicio e termo dos períodos de férias de cada militar/militarizado é elaborado até 15 de Abril de cada ano e afixado nos locais de trabalho entre esta data e 31 de Outubro.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

3.4.5. Etapa 4: Caracterização do regime jurídico da Legítima Defesa e elaboração de uma apresentação em *power point*

Nesta etapa que decorreu entre 15 de Dezembro de 2015 e 15 de Janeiro de 2016, pretendeu-se uma análise e estudo detalhado do regime jurídico da legítima defesa, pretendendo-se com isso a elaboração de uma apresentação em *power point* que tivesse aproveitamento e utilização pelos membros do Departamento Jurídico Operacional e Internacional (DJOI), em aulas por eles a leccionar sobre o referido tema.

Começou-se por analisar pormenorizadamente as causas de exclusão ou de justificação da ilicitude e os seus requisitos, de acordo com preceitos consignados nos arts. 31.º e 32.º do Código Penal.

Para tal foi feita a distinção entre os tipos incriminadores e os tipos justificadores, consultando a doutrina do Professor Figueiredo Dias.²⁹

O Professor Figueiredo Dias é da opinião que os tipos incriminadores encarregam-se da fundamentação da ilicitude e os tipos justificadores da exclusão da ilicitude³⁰.

Os tipos incriminadores são portadores de um sentido de ilicitude e têm como finalidade revelar o(s) bem(s) jurídico(s) que visam proteger, enquanto que os tipos justificadores não dizem respeito a um determinado bem em específico mais sim a uma variedade de situações independentes.³¹

Para o Professor Figueiredo Dias, o objectivo dos tipos incriminadores é fundamentar a ilicitude de uma concreta acção e as causas de exclusão precisam de ser certas.³²

²⁹ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 384 a 403

³⁰ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 384

³¹ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 385

³² Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 385

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

O mesmo Professor considera que os tipos justificadores têm de excluir a ilicitude de uma concreta acção, sendo que se uma acção é considerada lícita pelo direito civil, administrativo ou por qualquer outro, essa ilicitude tem de se impor ao nível do direito penal, pelo menos no sentido de que ela não pode constituir um ilícito penal.³³

É opinião do Professor Figueiredo Dias que os tipos justificadores regem-se pelo princípio da unidade da ordem jurídica. Este princípio consiste em uma vez qualificada como ilícita uma acção por qualquer ramo de direito, ela é ilícita face à totalidade da ordem jurídica; e, inversamente, se ela é ilícita face a um qualquer ramo de direito, é-o face à totalidade da ordem jurídica.³⁴

Para o Professor Figueiredo Dias é aplicada como forma de sistematização das causas de justificação, a teoria do fim onde estaria justificada toda a conduta que “possa representar-se como meio adequado para alcançar um fim reconhecido pelo legislador como justificado”.³⁵

Na opinião do Professor e dentro da sistematização das causas de justificação, este considera que ainda há a teoria do maior benefício que dano, onde seria lícita toda a conduta “que, na sua tendência geral, represente para a comunidade estadual maiores benefícios do que danos.”³⁶

É sua opinião que os elementos subjectivos dos tipos justificadores são a direcção de vontade; estado de ânimo ou de conhecimento. Destes elementos resulta o conhecimento pelo agente dos elementos do tipo justificador.³⁷

³³ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 387

³⁴ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 388

³⁵ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 391

³⁶ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 390

³⁷ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 391

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

O Professor considera que se existir erro sobre os elementos do tipo justificador, supõe-se falsamente a existência de uma causa de justificação que a ordem jurídica não reconhece ou erra sobre o âmbito ou os limites de uma causa de justificação efectivamente existente.³⁸

Para ele e segundo a teoria do dolo, a consciência do ilícito é elemento do dolo, a par do conhecimento e vontade de realização do tipo objectivo do ilícito, pelo que o erro sobre pressupostos de uma causa de justificação não pode deixar de ser considerado um erro que exclui o dolo e só pode ser punível (se o for) a título de negligência.³⁹

O Professor Figueiredo Dias considera que quanto à teoria da culpa, é necessário distinguir-se a teoria da culpa estrita da teoria da culpa limitada.⁴⁰

O Professor acima citado é da opinião que para a teoria da culpa estrita, o dolo (e consequentemente a punição a esse título) perfaz-se com o conhecimento e vontade de realização do tipo objectivo de ilícito, pelo que o erro sobre os pressupostos de uma causa justificativa não pode excluir o dolo; o que pode eventualmente assumir é significado para a culpa.⁴¹

No momento seguinte, foi realizada uma correlação dos requisitos das causas de exclusão ou de justificação da ilicitude, conjugando-os com o regime jurídico da legítima defesa (arts. 31.º e 32.º do Código Penal).

No art. 32.º do Código Penal, adiante designado por C.P, a legítima defesa visa proteger “interesses juridicamente protegidos”, ou seja, visa “proteger” uma panóplia de situações independentes e não um bem concreto.

A ilicitude da legítima defesa vem excluída no artigo 31.º do C.P.

³⁸ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 396

³⁹ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 397

⁴⁰ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 398

⁴¹ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 398

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

A legítima defesa é considerada “lícita” pelo direito penal no art. 31.º do C.P ao pertencer às causas de exclusão da ilicitude.

O Professor Figueiredo Dias defende que a legítima defesa ao fazer partes das causas de exclusão da ilicitude, acaba por ficar abrangida pelo principio da unidade da ordem jurídica, onde visto ter sido considerada “lícita” pelo direito penal, é “lícita” em toda a ordem jurídica.⁴²

No art. 32º do C.P, a legítima defesa consiste no “facto praticado como meio necessário para repelir a agressão actual e ilícita de interesses juridicamente protegidos do agente ou de terceiro”, e o Professor Figueiredo Dias considera que lhe é aplicada a teoria do fim onde esta acção tem o meio adequado para alcançar o seu fim reconhecido pelo legislador como justificado.⁴³

É defendido pelo Professor Figueiredo Dias que a teoria do maior benefício que dano também é aplicada à legítima defesa na medida em que ela representa maior benefícios (exemplo: a vida, a integridade física, a liberdade, a propriedade, entre outros) do que danos.⁴⁴

O Professor acima citado considera que o agente quando pratica a legítima defesa tem conhecimento dos elementos do tipo justificador, onde tem a vontade de agir, estado de conhecimento de que está a agir em legítima defesa e os seus riscos.⁴⁵

Posteriormente foi analisado em pormenor o disposto no art. 32.º do Código Penal referente à legítima defesa, o qual serviu de base para o desenvolvimento do estudo sobre os pressupostos do instituto da legítima defesa, tendo sido consultada para tal uma das obras do Professor Figueiredo Dias.

⁴² Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 387

⁴³ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 390

⁴⁴ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 390

⁴⁵ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 404 a 437

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Ao lermos este artigo deparamo-nos com quatro requisitos importantes para a legítima defesa.

O Professor Figueiredo Dias considera como primeiro requisito da legítima defesa o meio necessário.

O Professor acima mencionado defende que a agressão para ser legítima tem de ser necessária.

Para o Professor Figueiredo Dias, a necessidade só se verificará se o facto mais adequado para afastar a agressão for o menos prejudicial entre os meios de defesa possíveis na situação concreta.

O Professor Figueiredo Dias é da opinião de que o meio mais prejudicial não é necessário, se outro menos prejudicial for igualmente eficaz. Se o agente utilizar um meio mais grave de forma a afastar a agressão, este não é legítimo, visto o agente ficar em excesso de legítima defesa.

Aliás, o próprio Professor pede que se tenha em conta que a necessidade do meio não é aferida em razão da qualidade do instrumento, mas do resultado da sua utilização.

O mesmo Professor defende que a defesa não necessária constitui abuso do exercício do direito de defesa, é uma defesa excessiva, logo injusta.⁴⁶

Para o Professor Figueiredo Dias o segundo requisito da legítima defesa é a agressão. Ora, este entende por agressão, o prejuízo ou colocação em perigo de interesses ou bens juridicamente tutelados, proveniente de uma acção humana.⁴⁷

O terceiro requisito da legítima defesa para o Professor Figueiredo Dias consiste no facto de a agressão ter de ser actual e ilícita. Aqui somos confrontados com o facto de a agressão ter de ser actual, sendo esta questão de natureza temporal, ou seja, só pode haver legítima defesa durante a ocorrência da agressão, não antes nem depois.

⁴⁶ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 419

⁴⁷ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 424

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

Para o Professor acima referido, a agressão tem de ser actual, mas ser actual não significa que tenha já de estar em execução. Seria absurdo que o agredido tivesse de aguardar que a agressão começasse a efectivar-se para só depois poder reagir.

O Professor Figueiredo Dias considera que o ser actual significa estar iminente, isto é, que ameaça executar-se imediatamente, que está prestes a executar-se, ou que já está em execução.⁴⁸

O Professor Figueiredo Dias, e quanto à agressão ter de ser ilícita, considera que se deve ao facto de a própria agressão ter como objectivo violar direitos pessoais ou patrimoniais do indivíduo ou de terceiros, direitos estes que são legalmente protegidos pela ordem jurídica e não apenas a nível penal. Se os bens em questão não forem penalmente tutelados poderá vir-lhes a ser aplicável o regime da legítima defesa previsto no Código Civil.⁴⁹

Para o Professor acima mencionado, o último requisito da legítima defesa são os interesses juridicamente protegidos. Isto é, só se deve agir para proteger um direito que é protegido pela ordem jurídica no seu todo, ou como sistema unificado de normas jurídicas, como por exemplo, a vida, a honra, a saúde, entre outros.⁵⁰

Na fase final desta etapa, procedeu-se a uma apresentação em *power point* sobre o fundamento e requisitos da legítima defesa, pormenorizada e sintética, com vista a eventualmente ser utilizada pelo Departamento Jurídico de Operações Internacionais (DJOI), no âmbito de aulas que venham a ser leccionadas. Eis uma consequência prática do Estágio realizado, caso tal se verifica.

⁴⁸ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 424 a 427

⁴⁹ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 411

⁵⁰ Cfr. FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal: Parte Geral – Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime, p. 410

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

3.4.6. Etapa 5: Produção do Relatório de Estágio

Esta última etapa decorreu no período de 18 de Janeiro a 8 de Fevereiro de 2016 e teve por objectivo a elaboração e redacção do presente Relatório de Estágio.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. Relevância do Estágio

Após a conclusão da Licenciatura em Direito e a Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Empresariais, que se traduziram em dois períodos dentro de uma Universidade, com aulas, livros, conferências e outras experiências do mesmo cariz teórico, pretendeu-se a realização de um estágio curricular, em vez da clássica dissertação, por forma a ser algo de diferente da vida académica e que lhe acrescentasse uma vertente prática.

Como estágio curricular na Marinha, mais concretamente no Departamento Jurídico Operacional e Internacional (DJOI) pensou-se que se iria obter essa vertente prática, por um lado, e por outro ter acesso a um mundo diferente de acções, de legislação diferenciada e ao mesmo tempo concretizar a aprendizagem de todos aqueles anos dedicados ao Direito.

Do ponto de vista de uma Marinha Portuguesa prestes a ter de defrontar novos desafios, muitos deles económico-empresariais, em resultado do espectável alargamento da área marítima sob jurisdição nacional, o resultado de um Estágio deste tipo é evidente – embora ainda o fosse mais caso tivesse sido permitido irmos mais longe.

Todavia, claramente que as expectativas iniciais foram superadas.

Efectivamente a aquisição de conhecimentos novos obtidos pela pesquisa e experiência prática, conciliados com os conhecimentos teóricos adquiridos na Faculdade, que se revelaram de grande utilidade, contribuíram para moldar a forma de analisar e apreciar uma questão nova que fosse colocada.

Não é uma frase feita, mas corresponde à verdade – e pode-se confirmar – pois é completamente diferente realizar uma hipótese académica da Faculdade do que um caso concreto, real e actual que se nos coloque no dia-a-dia de trabalho.

A sociedade civil desconhece por completo as competências, regras e funcionamento da Marinha e mais concretamente do Departamento Jurídico Operacional e Internacional,

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

por exemplo no que diz respeito ao amplo âmbito de apoio jurídico que é prestado aos mais diversos Departamentos da Marinha.

Constituem, por isso, suas características a rigidez na pontualidade de horários, no cumprimento de prazos; o respeito pela hierarquia no trato diário e em qualquer momento e a segurança em relação à entrada e saída de pessoas não credenciadas, tendo estas de ser constantemente acompanhadas dentro das instalações e até à sua saída.

Por outro lado, tivemos contacto com a natureza económica da Marinha onde esta procede à exploração de recursos naturais, tendo como objectivo alargar a sua zona de administração por forma a adquirir novas competências em domínios económicos gerais, como por exemplo a oceanografia e em geologia marítima. Bem como em planos ligados, por exemplo, à adjudicação de eventuais “blocos” das nossas Zona de Exploração Conjunta e Zona Económica Exclusiva a entidades públicas e/ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Nestas e outras frentes muito há ainda a fazer.

O balanço do estágio curricular realizado no DJOI foi bastante positivo visto que o seu planeamento foi criteriosamente elaborado no sentido de englobar as competências do Departamento em causa e onde se pode consultar uma variedade de meios de consulta e pesquisa, como sendo manuais de diversos autores.

Somos da opinião que o plano de estágio estava perfeitamente adequado ao objectivo do mesmo e que consistia na conjugação de uma fase teórica que compreendia o estudo de vários instrumentos legais relevantes para a actividade prosseguida por aquele Departamento, com uma fase mais prática de análise crítica de Protocolos e Memorandos de Entendimento, à elaboração de pareceres.

Não podemos deixar de referir o gosto que teríamos em que algum momento, outro aluno aprofundasse estes temas, económicos, públicos ou privados que tenham sido abordados durante este estágio.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

4.2. Análise crítica do trabalho desenvolvido e contacto com o orientador e supervisor

Nos termos do disposto no n.º3 do art. 5.º do Regulamento de Estágios Curriculares, para efeitos de trabalho final de mestrado, a supervisão do estágio está a cargo de um supervisor interno no âmbito da entidade acolhedora, por um lado e, por outro, na Faculdade, de um orientador.

No decurso do estágio curricular, a pessoa que desempenhou as funções de supervisor interno foi o Exmº Senhor Comandante Alves Nunes, Chefe de Divisão do Departamento Jurídico Operacional e Internacional (DJOI) e o seu orientador foi o Exmº Sr. Professor Doutor Armando Marques Guedes.

Com vista a definir o âmbito e as fases em que se iria desenvolver o estágio na Marinha, o Exmº Senhor Comandante Alves Nunes elaborou o plano de estágio, de onde fez constar os objectivos que se propunham alcançar com o mesmo e que passava pela definição quer das suas fases, fins e a realização das tarefas que me destinaram.

Foi disponibilizado um dossier que incluía diversos diplomas legais sobre a competência da Marinha e seus Departamentos, por forma a se obter uma familiarização e conhecimento das suas matérias.

Em virtude de termos sido confrontados com matérias e legislações específicas até então desconhecidas, tivemos desde a primeira fase do estágio o devido acompanhamento por parte do Exmº Senhor. Comandante Alves Nunes, para além da colaboração diária de toda a equipa que integra o Departamento em questão.

À medida que o estágio foi evoluindo, o Exmº Senhor Comandante Alves Nunes esteve sempre disponível para sanar qualquer dúvida ou prestar os esclarecimentos necessários, bem como para se inteirar da evolução das fases do estágio, do ambiente de trabalho e da interacção entre os membros da equipa do Departamento.

Todo o trabalho desenvolvido era posteriormente submetido à apreciação superior de alguns membros da equipa.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

No âmbito das tarefas realizadas e para além do apoio prestado, enaltecem-se as excelentes qualidades da equipa do DJOI, pela simpatia, espírito de entreatajuda e de colaboração.

Desde o início do estágio que foram agendadas diversas reuniões e conferências com orientador, o Exmº Senhor Professor Doutor Armando Marques Guedes, que passaram inclusive por aconselhamentos sobre a orientação do mesmo, das suas etapas e ainda para troca de informações sobre esta nova etapa curricular.

O Exmº Senhor Professor Doutor Armando Marques Guedes é um daqueles Professores que todos nós gostaríamos de ter tido durante a vida académica, revelou ser essencial como orientador durante esta fase tendo estado sempre disponível em todos os momentos.

A título de conclusão, a supervisão e a orientação do estágio excederam o mero positivo, pelo que muito se tem a agradecer aos Exmºs Senhores Professor Doutor Armando Marques Guedes e Comandante Alves Nunes pela honra que nos concederam da realização do estágio no DJOI.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

5. BIBLIOGRAFIA

1. AMARAL, Diogo Freitas do - **Curso de Direito Administrativo**. 2º Edição. Coimbra: Almedina, 2011. ISBN 978-972-40-4407-1. Vol. II.
2. CAETANO, Marcello – **Manual de Direito Administrativo**. Coimbra: Almedina, 1984. Vol. I.
3. CANOTILHO, J.J. Gomes – **Direito Constitucional**. Coimbra: Almedina, 1991.
4. CAUPERS, João – **Introdução ao Direito Administrativo**. 9º Edição. Lisboa: Âncora Editora, Setembro, 2007. ISBN 972-780-195-4
5. FIGUEIREDO DIAS, Jorge – **Direito Penal: Parte geral – Questões Fundamentais – A doutrina geral do crime**. 2ª Edição. Coimbra: 2007. ISBN 978-32-1523-6
6. FREITAS DO AMARAL, Diogo – **Direito Administrativo**. Vol III. Lisboa, 1989.
7. GALVÃO TELES, Inocêncio - **Introdução ao Estudo do Direito**. 11º Edição. Coimbra: 2001. ISBN 972-32-0904-7. Vol. I.
8. OLIVEIRA ASCENSÃO, José de – **O Direito – Introdução e Teoria Geral**. 13º Edição. Coimbra: Almedina, 2005.
9. REBELO DE SOUSA, Marcelo – **Lições de Direito Administrativo**. Lisboa, 1995, Vol. I.
10. SILVA, Germano Marques da - **Direito Penal Português: Parte Geral- Teoria do Crime**. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. Vol. I.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

6. ANEXOS

6.1. Memorandum of Understanding between the Minister of Defence of the Portuguese Republic and the Minister of Defence of the Federal Republic of Germany e do Project between the Member States of the “5+5 Defence” initiative related to the Cooperation for response to Marine Pollution

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING BETWEEN THE MINISTER OF DEFENCE OF THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE MINISTER OF DEFENCE OF THE FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY CONCERNING THE PROVISION OF COOPERATION ON SUBMARINE EDUCATION AND TRAINING BETWEEN THE PORTUGUESE AND GERMAN NAVIES

SHORT TITLE: PRTN/DEUN SUB TRAINING COOPERATION MOU

CONTENTS:

Article 1 – General Terms and Conditions

Article 2 – Support Provided by the Portuguese Navy

Article 3 – Support Provided by the German Navy

Article 4 – Liaison Between Navies

Article 5 – Settlement of Disputes

Article 6 – Effective Date, Amendment and Termination

Article 7 – Legal Status

Article 8 – Signature

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

ARTICLE 1 – GENERAL TERMS AND CONDITIONS

- 1.1 The Portuguese Minister of Defence herein represented by the Rear Admiral Deputy Chief of Naval Staff of the Portuguese Navy (PRTN), The German Minister of Defence herein represented by Rear Admiral Deputy of Naval Staff of the German Navy (DEUN) hereby record an understanding relating to the exchange of submariners Education and Training.
- 1.2 This *memorandum* establishes the general terms and conditions of the training exchange to overcome a steady trend throughout the years of shrinking budgets and reduced manning as well to increase the bilateral cooperation between these two countries, under the Conventional Submarine Cooperation in Training Organization.
- 1.3 DEUN will provide submariners Education and Training to the PRTN, in return the PRTN will provide naval assets to support DEUN training related activities. The Submarine Personnel and Crew Education and Training, herein referred, is related to the “Submarine Command Course”, “Submarine Watch Officer Course”, “Submarine Crew Combat System Simulator Training”, “Submarine Sonar Education in LOFAR” and “Steering Console Education”.
- 1.4 The aim is to achieve a mutual beneficial training exchange, envisaging a cost-neutral basis. There is no intention to introduce cash payments, unless both parties agree on the need to readdress exchange of training by one off cash payment.
- 1.5 Education, Training and support addressed in paragraph 3., will be agreed annually, between the PRTN and DEUN, resulting in a schedule of events for the next year. Upon approval, this schedule of events may be subsequently revised due to unexpected and justified reason, pending both navies concurrence.

ARTICLE 2 – SUPPORT PROVIDED BY THE PORTUGUESE NAVY

- 2.1. PRTN provides naval assets to support DEUN education training activities or exercises.
- 2.2 During the education and training periods in the Submarine Training Center (STC) the PRTN is responsible for the expenses related to personnel remuneration, including per diem, travels, lodging and meals of the students and trainees,.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

ARTICLE 3 – SUPPORT PROVIDED BY THE GERMAN NAVY

3.1 The DEUN, through the STC, is responsible to provide the following education and training as annually agreed:

- a. Participation of PRTN submarine officers in the “Submarine Command Course”. The STC will issue the student descriptive assessment report, which will be taken into consideration for the final decision by the PRTN.
- b. Participation of PRTN submarine officers in the “Watch Officer Course”. The STC will issue the student descriptive assessment report, which will be taken into consideration for the final decision by the PRTN.
- c. Participation of PRTN sonar chiefs in “Submarine Sonar Education in LOFAR”.
- d. Participation of submarine crews watch teams on the 212 class submarines batch 2 combat system simulator training program. The STC will only issue one descriptive assessment report, which will be taken into consideration for the final decision by the PRTN. This program is to consider:
 - (1) General combat system handling in both medium and high density traffic navigation areas with close attention to the information flow between crew members;
 - (2) Acoustic Sub-System handling in both medium and high density traffic navigation areas;
 - (3) Non-Acoustic Sub-System handling, except EW;
 - (4) Periscope operation and eyes only training;
 - (5) Establishment MSA while deep for both safety and operational purposes;
 - (6) Establishment MSA while at PD for both safety and operational purposes;
 - (7) Submarine Operation in ISR;
 - (8) Submarine Operation in mine fields;
 - (9) General wire guided torpedo employment.
- e. Participation of PRTN submariners to the “Steering Console Education”.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

3.2 The participation of PRTN military personnel in the abovementioned courses and in the scope of this Memorandum is exempt from any fees.

3.3 Whenever possible, the DEUN will provide accommodation for the PRTN students and trainees at the Eckernförde Naval Base mess.

ARTICLE 4 – LIASON BETWEEN NAVIES

PRTN and DEUN will appoint Liaison Officers to all education and training activities regarding this MOU.

ARTICLE 5 – SETTLEMENT OF DISPUTES

Should any dispute regarding the interpretation or application of this MOU arise between PRTN and DEUN this will be resolved by consultation among them at the lowest possible level. It will not be referred to any national or international tribunal or third party for settlement.

ARTICLE 6 – EFFECTIVE DATE, AMENDMENT AND TERMINATION

6.1 This MOU will come effective from XX/XX/XX. It will be reviewed every three years thereafter, but may be amended at any time, in writing, with the mutual consent of the parties.

6.2 Both parties may suspend or terminate this MOU subject to three months written notice.

ARTICLE 7 – LEGAL STATUS

This MOU creates no rights or obligations under international law or under domestic laws of other country.

ARTICLE 8 – SIGNATURE

8.1 This MOU is written in the English language and both parties will sign two copies. Each party will keep a copy.

8.2 In witness thereof the undersigned, being duly authorized by the Minister of Defence of Portugal and the Minister of Defence of Germany respectively, have signed this MOU, which represents the understanding reached between the parties upon the matters referred to therein.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

6.2. Project between the Member States of the “5+5 Defence” initiative related to the Cooperation for response to Marine Pollution

PROJECT BETWEEN THE MEMBER STATES OF THE "5+5 DEFENCE" INITIATIVE RELATED TO THE COOPERATION FOR RESPONSE TO MARINE POLLUTION TERMS OF REFERENCE

TERMS OF REFERENCE

Member States of "5+5 Defence" Initiative represented by:

- Algeria;
- France;
- Italy;
- Libya;
- Malta;
- Morocco;
- Mauritania;
- Portugal;
- Spain;
- Tunisia.

Here in after referred "the Parties".

INTRODUCTION

Recalling the Declaration of Intention adopted on 21th December 2004 in Paris by the Ministers of Defence “5+5 Defence” Initiative, which establishes a multilateral cooperation among member countries;

Considering the various recommendations of the IMO and specialized international

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

organizations and the need to have an operational tool to fight against accidental marine pollution;

Recognizing that the risk of happening of an event in the Mediterranean which could be the cause of massive oil pollution remains high;

Noting that no country can alone cope with a disaster of large scale pollution;

Willing to comply with the relevant Conventions on prevention, preparedness and response against accidental marine pollution (MARPOL 73 /78, Barcelona Convention 1976, OPRC 90);

Noting that the development of national capacity to respond to pollution events under the National Contingency Plans, including the existence of response equipment and trained personnel is a necessity without which regional cooperation and mutual assistance would be ineffective ;

We, representatives of the delegations "5 +5 Defence" Initiative;

Decide to implement a "Technical Arrangement" for the development of a rapid, effective response to pollution incidents in the area of "5 +5 Defence", which affect or may affect the waters under the sovereignty or national jurisdiction.

I.CONTEXTE:

The objective of this Technical Arrangement initiated at the 14th meeting of the Steering Committee is the establishment of a common capacity creating synergies between the efforts and resources in the context of the "5+5 Defence" Initiative, in case of accidental marine pollution.

This Technical Agreement applies whenever a maritime event causes or is likely to cause pollution affecting one or more Parties, or the extend is justifying the assistance from other Parties. This event may occur in an area of intervention of a Party and threatening adjacent operational area of another Party, or a major spill requesting contre-measures That exceed the available capacity in the affected country.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

I.1 GEOGRAPHICAL AREA OF RESPONSIBILITY:

The geographical coverage of this "Technical Agreement" extends to the areas of intervention defined as waters under the sovereignty or jurisdiction of each Party.

Maps showing the respective geographical coverage of each Party shall be determined by a joint committee in annual coordination meeting and subject to the approval of the Executive Committee.

II.COMMON

POLITICS

II.1 NATIONAL AUTHORITIES RESPONSIBILITIES:

To optimize cooperation in the fight against accidental marine pollution and enable effective mutual assistance, the Parties under this Technical Agreement designate the authorities and/or competent national bodies responsible for the preparation and the response to marine pollution, both at government level and operational level, that cooperate quickly and efficiently a pollution incident response.

For this propose they will be responsible for:

- Maintain permanent operational appropriate communications network for the exchange of information relevant to the Agreement ;
- Setup and maintain in condition a (minimum) of equipments to fight against pollution;
- Provide intervention teams properly trained and having the experience required to fight against accidental marine pollution. These resources are made available to a Party that requests them under the Technical Agreement for joint operations, always taking into account that the assisting Party or Partie (s) must not decrease reasonable threshold of national resources;
- Develop maps showing the geographical coverage of the area of responsibility of the Parties;
- Having a common policy on the sending, reception, use and return to the country of origin of all equipments and other resources required or provided for assistance under the framework of Agreement;

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

- Identify national points of contact, responsible for receiving reports of pollution events and transmitting this information to their respective operational authorities and other interested entities in the country.

II.2 MECHANISM FOR ACTIVATION OF THE AGREEMENT:

The implementation of this Technical Agreement in the responsibility of the governmental authority of one Party in the following cases:

- Occurrence in the area of intervention of the Party of an event that threatens or has already affected the intervention area of another Party;
- Occurrence in the intervention area of the Party of an event whose importance goes beyond the response of means of the only Party;
- In case of the emergencies mentioned above, the activation of the Agreement is set in consultation with the other Parties, or without consulting them, if the situation does not allow it.

II.3 COORDINATION MEETING:

On proposals from the Party holding the rotating presidency, the national authorities meet once a year to discuss issues related to the implementation of the Agreement, the organization of training and/or exercises, the set up of a committee to monitor the Technical Agreement and other relevant issues. Special meetings may, however, be held at the request of either Party.

II.4 MONITORING COMMITTEE:

The above mentioned meetings will be conducted by members of a monitoring committee that will be set up to monitor the implementation of this Technical Agreement.

II.5 TRAINING:

Parties aligned with IMO standards have identified a number of private centers providing specific training as the Centre of Documentation, Research and Experimentation on Accidental Pollution of Water (CEDRE in France) and the Regional Mediterranean Centre for Emergency Response to Marine Pollution (REMPEC in Malta).

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

For this reason, it was decided to entrust the management of this issue to the pedagogic Committee of "5 +5 Defence" College.

II.6. JOINT EXERCICES:

In order to test the degree of coordination in case of an event affecting or likely to affect the intervention area of a Party, a joint exercise plan will be implemented by the Parties with an implementation schedule.

III- PLANNING:

III.1. RESPONSE MANAGEMENT:

Management response of operations is ensured by the competent authority of the Party whose intervention area has been affected or is likely to be by pollution incident, and has previously activated its National Emergency Plan " PUN ", or asked for assistance.

This authority assumes the following responsibilities:

- Monitoring of pollution;
- Assessment of the situation ;
- Forecasting of spill movements;
- Reports ;
- Operational command of joint operations.

When most of the pollution will be derived from the intervention of the Party requesting assistance to another Party also requesting support, the role of response management is transferred from the first Party to the second one, after consultation between the Parties concerned.

III.2 COMMAND STRUCTURES:

For the purposes of this Technical Agreement, the operational authority of each Party shall appoint a person to exercise operational command of all response activities of that Party.

III.3 COORDINATION CENTRES:

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

For the implementation of this Agreement, each Party shall install a response coordination Centre (CCL) armed 24 hours/7 days, equipped with appropriate communication systems and with the necessary equipments for exercising the operational command.

III.4 COMMUNICATIONS:

The telecommunications network established by the Parties is used for all exchanges of appropriate information, for the implementation of the Arrangement. Telex, telefax or email are used for all communications between operational authorities and their support teams. The telephone can also be used, but all decisions, informations about the situation in operations site and in particular requests for assistance and responses to such requests are subject to confirmation by telex, fax or email.

IV . OPERATIONAL ASPECTS:

IV.1 PHASES OF ACTIVATION OF TECHNICAL AGREEMENT:

Depending on circumstances, some or all of these phases can be carried out together.

Pre activation of the Technical Agreement:

Phase I (PUN)

Before activating the Agreement, the governmental authority of the concerned Party activates its National Emergency Plan (PUN).

Phase II (notification and consultation):

Whether is or is not necessary to activate the Agreement, the operational authority of the Party in the intervention area of which the pollution incident occurred, after having received and verified the initial report, immediately inform the operational authorities of other Parties (via their national points of contact).

Activation of the Agreement:

Phase III (notification of activation):

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

The decision to activate the Agreement belongs to the operational authority of the Party concerned, after consultation with the operational authorities of other Parties.

Phase IV (request for assistance):

The body in charge by the government authority for the request for assistance following the activation of the Technical Arrangement is designated lead authority.

This assistance may be requested as:

- Trained response personnel for marine pollution and, in particular intervention teams ;
- Specialized response equipments;
- Products for the treatment of pollution;

Other means, in particular independent means such as ships or aircraft, and/or any combination.

Phase V (joint operations at sea):

The main objectives of joint control operations at sea are to stop the release of the pollutant, limit its spread as much as possible and remove the pollutant from the surface of the sea before it reaches the coast.

Phase VI (shore line operations):

The main objectives of the shore line operations is to protect sensitive coastal areas and other sensitive resources and remove the pollutant that have reaches the coast.

IV.2 MONITRING:

To monitor the movement and behavior of the pollutant, we give priority to aerial surveillance, although other means (vessels) may also be used if there is no aircraft available immediately, for that, it's necessary to prepare maps showing possible sources of spills and environmental areas sensitive to protect previously.

IV.3 JOINT RESPONSE:

In the framework of the Technical Agreement, an operation of joint response means all operations against pollution in which are involved in the personnel, equipments, products and other means from at least two Parties.

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

The lead authority shall designate a person to host personal and receive equipments, products and other resources from the assisting Parties and facilitate their participation in joint response operations, since their arrival in the country until their departure. This person works closely with the liaison officer of the assisting Party.

V. REPORTS:

V.1 COMMUNICATION SYSTEM:

The Parties shall establish and maintain a system of operational communications 24 hours/7 days.

V.2 REPORTS OF POLLUTION (5 +5 DEFPOLREP):

Parties use for reporting of pollution 5PLUS5DEFPOLREP system to be defined in the framework of this Technical Agreement.

V.3 SITUATION REPORTS (5 +5 DEFSITREP):

Throughout the period of implementation of the Agreement, the lead authority shall take the other Parties regularly informed on the developments of the pollution incident, through the report (5PLUS5DEFSITREP), to be defined under this Technical Agreement.

V.4 COMMUNICATIONS WITH REMPEC:

REMPEC is kept informed of any changes to the Agreement and the documents that have been adopted.

VI. LOGISTICS, FINANCIAL AND ADMINISTRATIVE ASPECTS:

The lead authority is responsible for providing all logistical support necessary for the conduct of joint response operations. In particular, it shall arrange for accommodation and transportation of all personnel involved in relief operations.

Transboundary movements of personal response, equipment, products and autonomous units must be prior to agreement between the Parties, fixing the provisions that would allow rapidity of these actions if necessary

Ana Marta de Sousa Teles Soares

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

For the stay on the territory of supporting ships and aircraft, the Party shall take the necessary measures for the reception of these resources in the best conditions.

VI.1 FINANCE:

Unless an agreement concerning the financial arrangements governing actions of Parties to deal with a pollution event has been concluded on a bilateral or multilateral basis, each Party shall bear the costs of the cost it has taken to deal with pollution.

VII MEDIA MANAGEMENT:

VII.1 PUBLIC RELATIONS OFFICER (ORP):

The Agreement, once activated, the lead authority shall designate a public relations officer (IRO) for:

- Ensure relations with the press;
- Prepare press releases of the lead authority.

VII.2 PRESS RELEASES:

Throughout the period of the pollution incident, press releases are prepared and distributed by ORP on the basis of information given by the lead authority.

VII.3 PRESS CONFERENCES:

The lead authority may decide to hold one or more press conferences to inform the media.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA MARINHA PORTUGUESA

6.3. Apresentação em Power Point sobre a Legítima Defesa



“Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.”





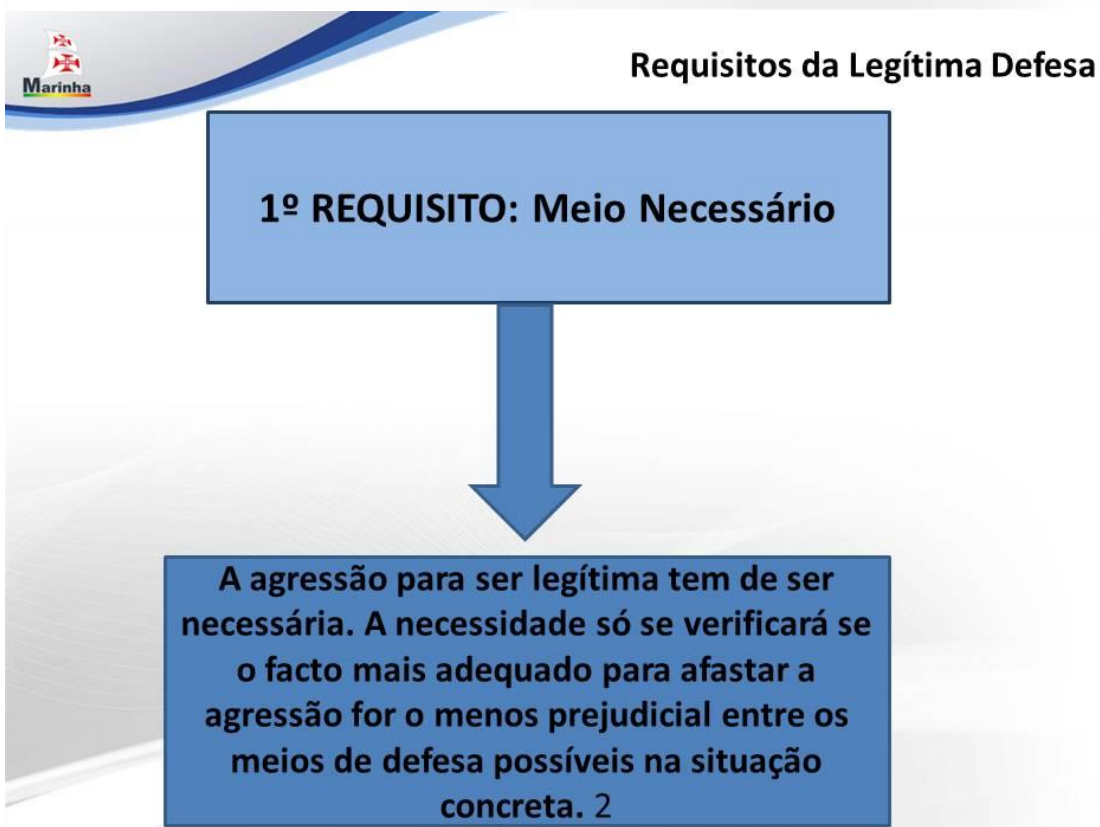
Artigo 32º do Código Penal - Legítima defesa

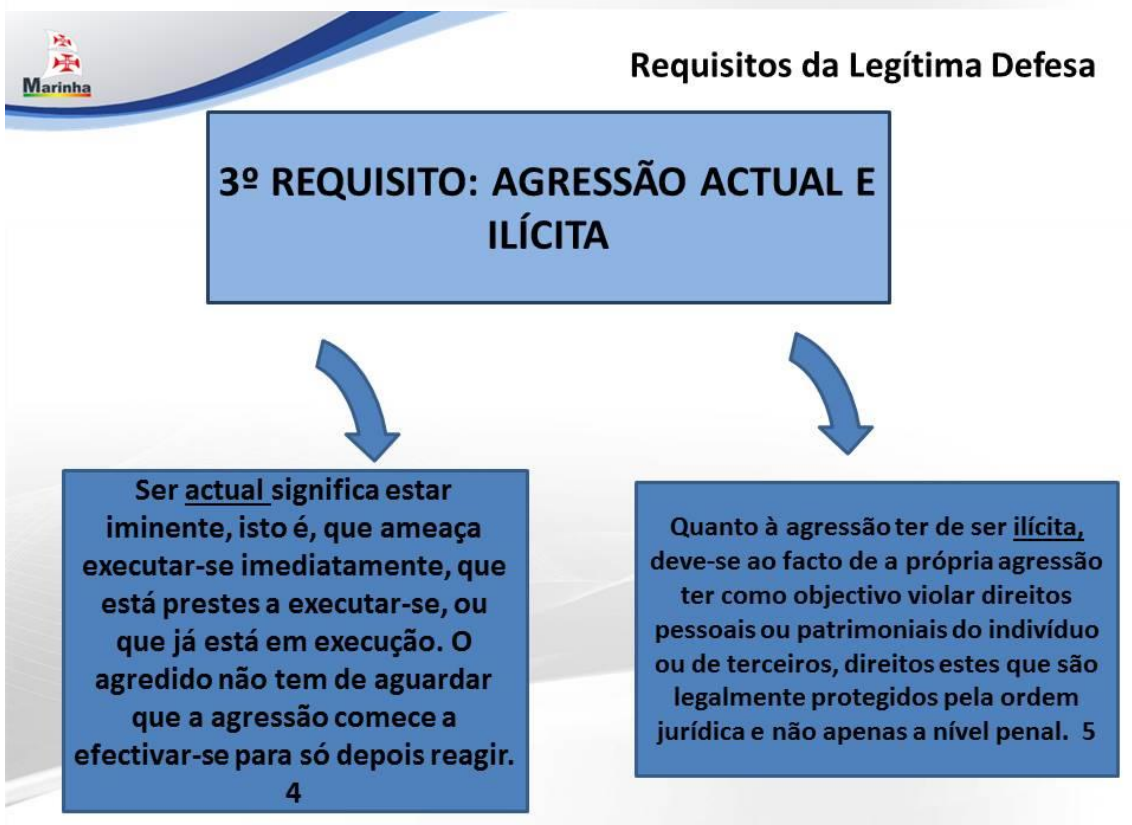
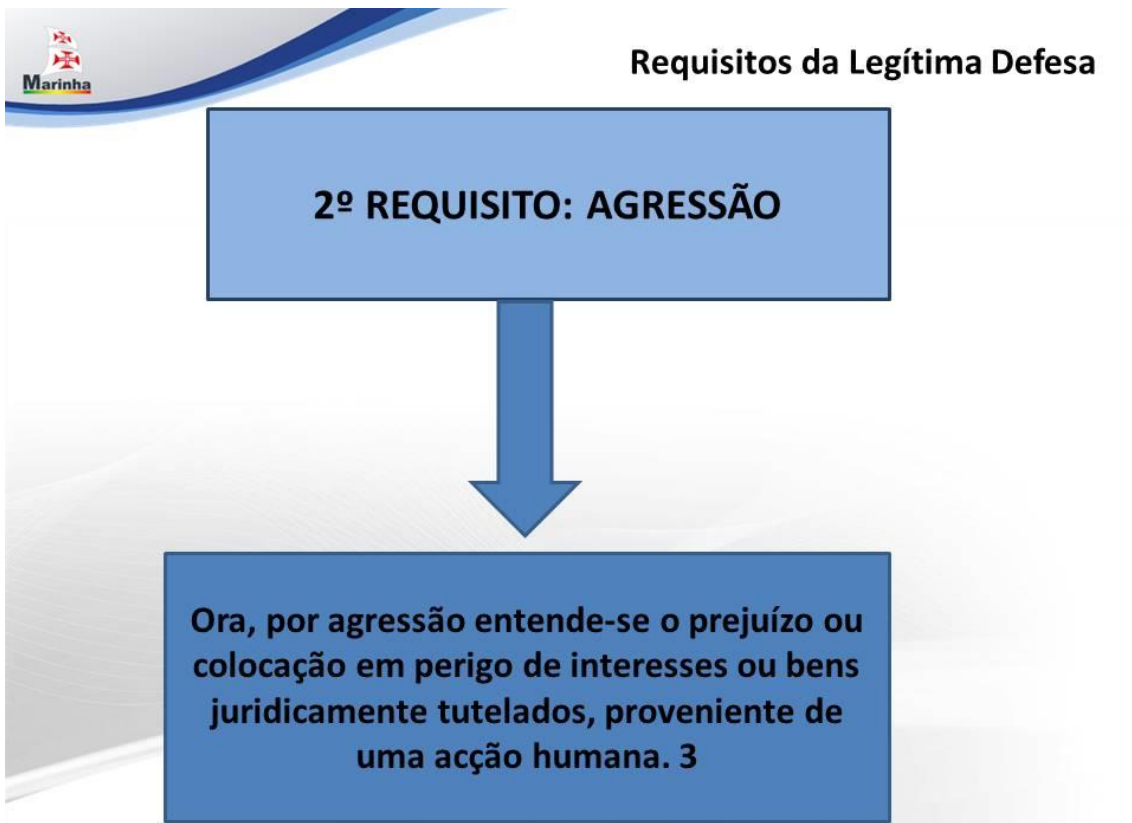
“Constitui legítima defesa o facto praticado como meio necessário para repelir a agressão actual e ilícita de interesses juridicamente protegidos do agente ou de terceiro.”

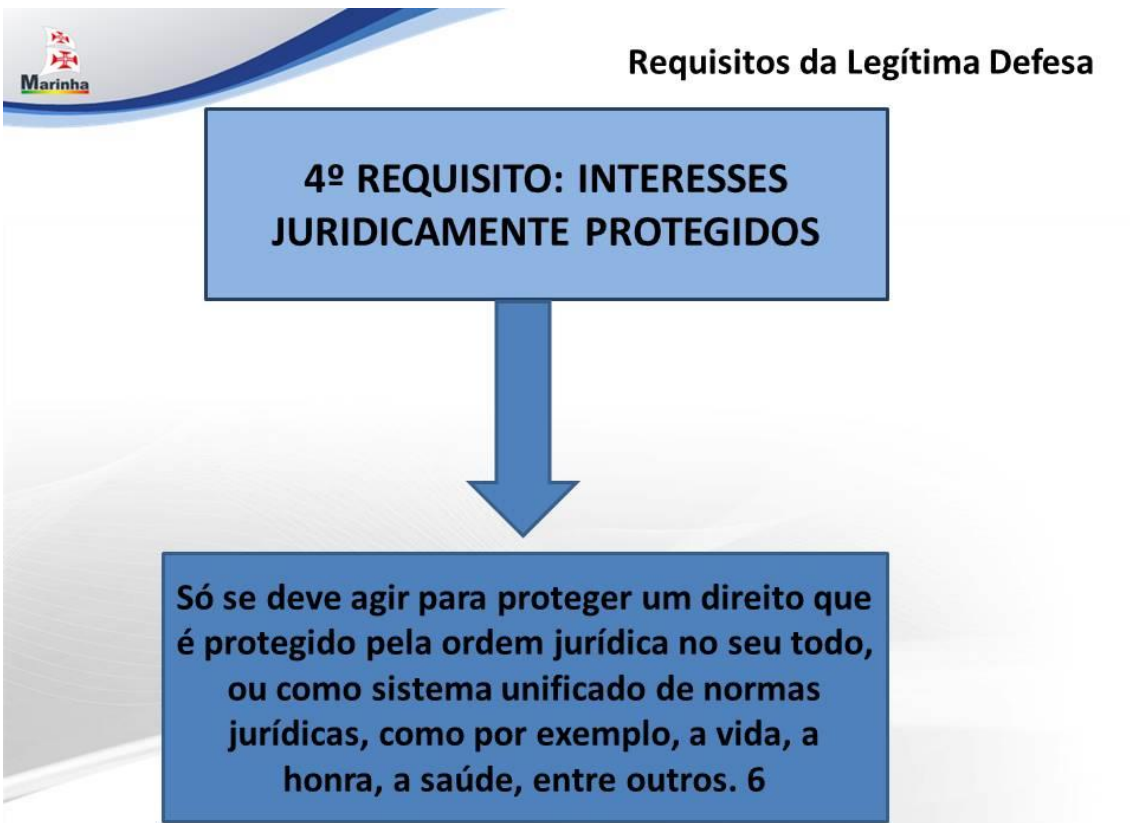


Legítima Defesa

O fundamento da Legítima Defesa tem de ser visto como residindo, predominante ou exclusivamente, na defesa necessária – e consequente preservação – do bem jurídico agredido, deste modo se considerando esta causa justificativa um instrumento socialmente imprescindível de prevenção e por aí, de novo, de defesa da ordem jurídica. 1







BIBLIOGRAFIA

1. FIGUEIREDO DIAS, Jorge – **Direito Penal: Parte geral – Questões Fundamentais – A doutrina geral do crime.** 2ª Edição. Coimbra: 2007. ISBN 978-32-1523-6
2. SILVA, Germano Marques da - **Direito Penal Português: Parte Geral- Teoria do Crime.** Lisboa: Editorial Verbo, 1998.Vol. I.